

UNICEF
Centro de Estudos Innocenti

Report Card n.º 9

As crianças que ficam para trás

**Uma tabela classificativa da desigualdade
no bem-estar das crianças nos países ricos**

juntos
pelas crianças

unicef 

O *Innocenti Report Card n.º 9* foi escrito por Peter Adamson.

A primeira parte do relatório baseia-se na análise levada a cabo por Candace Currie, Dorothy Currie, Leonardo Menchini, Dominic Richardson e Chris Roberts, e apresentada no *Innocenti Working Paper 2010-19* (disponível no *website* do Centro de Estudos *Innocenti* da UNICEF, em www.unicef-irc.org).

O *Report Card n.º9* recolheu junto do Centro Internacional de Coordenação do Estudo sobre Comportamentos de Saúde das Crianças em Idade Escolar (HBSC) os resultados estatísticos para a análise da desigualdade na saúde das crianças. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) disponibilizou a análise distributiva dos indicadores do bem-estar das crianças para o bem-estar material e os resultados educativos. O HBSC e a OCDE não são responsáveis pela interpretação dos resultados ou outras análises do presente relatório. O projecto foi coordenado pelo Centro de Estudos *Innocenti* da UNICEF.

O Centro de Estudos *Innocenti* da UNICEF gostaria de agradecer o generoso apoio prestado ao *Report Card n.º 9* pelos Comitês Nacionais para a UNICEF de Andorra, Austrália, Bélgica, Alemanha, Suíça e Reino Unido.

Qualquer parte deste *Innocenti Report Card* pode ser livremente reproduzida utilizando a seguinte referência:

UNICEF (2010), 'As Crianças que Ficam para Trás: Uma tabela classificativa da desigualdade no bem-estar das crianças nos países ricos', *Innocenti Report Card n.º 9*, Centro de Estudos *Innocenti* da UNICEF, Florença.

A série *Report Card* destina-se a monitorizar e a comparar o desempenho dos países economicamente desenvolvidos na garantia dos direitos das suas crianças.

O Centro de Estudos *Innocenti* da UNICEF, sediado em Florença, Itália, foi criado em 1988 a fim de reforçar a capacidade de pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e apoiar o seu trabalho em prol das crianças de todo o mundo.

O Centro ajuda a identificar e a estudar áreas actuais e futuras do trabalho da UNICEF. Os seus objectivos primordiais são a melhoria da compreensão das questões relativas aos direitos da criança a nível internacional e a promoção de uma plena aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança em todos os países.

As publicações do Centro são contributos para um debate geral sobre questões relativas aos direitos da criança e incluem uma ampla diversidade de opiniões. As opiniões manifestadas são do respectivo autor e dos investigadores, não reflectindo necessariamente as políticas ou o posicionamento da UNICEF.

© Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Novembro de 2010

Centro de Estudos Innocenti da UNICEF
(UNICEF Innocenti Research Centre)
Piazza SS. Annunziata, 12
50122 Florença, Itália
Tel.: (+39) 055 20 330
Fax: (+39) 055 2033 220
florence@unicef.org
www.unicef-irc.org

UNICEF **Centro de Estudos Innocenti**

Seja na saúde, na educação ou no bem-estar material, algumas crianças ficarão sempre aquém da média. A questão fundamental é – até que ponto ficam para trás? Existirá um ponto a partir do qual ficar para trás não é uma fatalidade mas sim um resultado das políticas, não inevitável mas inaceitável, não desigualdade mas iniquidade?

Não existem respostas teóricas amplamente consensuais para estas questões. Este relatório procura estimular o debate sobre a matéria, introduzindo uma medida comum da “desigualdade na base da pirâmide”. O que permite avaliar o desempenho de cada país por confronto com o padrão estabelecido pelos países mais bem-sucedidos. Tal padrão pode não representar o melhor a que se possa aspirar em teoria, mas na prática sugere um nível abaixo do qual “ficar para trás” não é manifestamente inevitável.

A série Report Card baseia-se na convicção de que a verdadeira medida da situação de um país é a forma como cuida das suas crianças – a sua saúde e segurança física, a sua segurança material, a sua educação e socialização, e do modo como se sentem amadas, valorizadas e integradas nas famílias e sociedades em que nasceram. O seu tema comum é o de que a protecção das crianças durante os anos cruciais e vulneráveis de crescimento é simultaneamente a marca de uma sociedade civilizada e um meio para construir um futuro melhor.

Este nono relatório da série desenvolve questões anteriormente abordadas, focando-se especificamente nas crianças de todos os países da OCDE que estão em risco de serem deixadas para trás – de não serem incluídas nem protegidas – pelas sociedades ricas em que vivem.

AS CRIANÇAS QUE FICAM PARA TRÁS

Uma tabela classificativa da desigualdade no bem-estar das crianças nos países ricos

Gráfico 1a Tabela classificativa da desigualdade no bem-estar das crianças

Esta tabela resume as conclusões do *Report Card n.º 9*, classificando 24 países da OCDE pelo seu desempenho em cada uma das três dimensões da desigualdade no bem-estar das crianças.

Bem-estar material	posição	Bem-estar educativo	posição	Bem-estar na saúde	posição
Suíça	1	Finlândia	1	Países Baixos	1
Islândia	2	Irlanda	2	Noruega	2
Países Baixos	3	Canadá	3	Portugal	3
Dinamarca	4	Dinamarca	4	Alemanha	4
França	5	Polónia	5	Suíça	5
Finlândia	6	Hungria	6	Bélgica	6
Áustria	7	Suécia	7	Irlanda	7
Noruega	8	Países Baixos	8	Dinamarca	8
Suécia	9	Espanha	9	Canadá	9
Alemanha	10	Islândia	10	República Checa	10
República Checa	11	Noruega	11	Reino Unido	11
Luxemburgo	12	Suíça	12	Eslováquia	12
Irlanda	13	Reino Unido	13	Áustria	13
Espanha	14	Portugal	14	Suécia	14
Bélgica	15	Eslováquia	15	França	15
Portugal	16	Luxemburgo	16	Finlândia	16
Canadá	17	República Checa	17	Islândia	17
Grécia	18	Grécia	18	Polónia	18
Reino Unido	19	EUA	19	Luxemburgo	19
Itália	20	Alemanha	20	Grécia	20
Polónia	21	Itália	21	Espanha	21
Hungria	22	Áustria	22	EUA	22
EUA	23	França	23	Itália	23
Eslováquia	24	Bélgica	24	Hungria	24

Os Gráficos 1a e 1b estão limitados aos 24 países da OCDE com dados disponíveis para as três dimensões da desigualdade no bem-estar das crianças.

Notas: Para comparar a desigualdade no desempenho dos países indicados em cada uma das dimensões do bem-estar das crianças, os valores da desigualdade para cada um dos indicadores utilizados são primeiro convertidos em valores padrão (isto é, a desigualdade é medida em desvios padrão da média não ponderada da OCDE). É então feita a média dos valores padrão para se chegar a um valor correspondente à desigualdade para cada dimensão. Para os efeitos dos Gráficos 1a e 1b, a

Gráfico 1b Desempenho geral

O Gráfico 1b classifica os países de acordo com o seu desempenho geral. Foram atribuídos três pontos aos desempenhos superiores à média, dois pontos aos desempenhos na média ou próximos da média e um ponto aos desempenhos inferiores à média da OCDE (*vide nota para as definições*). Os países estão por ordem alfabética dentro de cada grupo.

Maior valor = maior igualdade	
8	Dinamarca
	Finlândia
	Países Baixos
	Suíça
7	Irlanda
	Islândia
	Noruega
6	Suécia
	Alemanha
	Áustria
	Canadá
	França
5	Polónia
	Portugal
	Bélgica
	Eslováquia
	Espanha
	Hungria
3	Luxemburgo
	Reino Unido
	República Checa
	EUA
3	Grécia
	Itália

"desigualdade próxima da média" é definida como o valor compreendido entre -0,5 e +0,5 desvios padrão da média da OCDE. A "desigualdade inferior à média da OCDE" é definida como o valor com um desvio padrão superior a +0,5 da média não ponderada da OCDE. A "desigualdade superior à média" é definida como o valor padrão de menos de -0,5 da média não ponderada da OCDE.

Fonte: Vide página 30 (*Dados para o Report Card n.º 9: os inquéritos*) para conhecer as fontes dos dados usados para medir a desigualdade nas diferentes dimensões do bem-estar das crianças.

Parte 1

Introdução

O presente *Report Card* apresenta uma primeira visão global das desigualdades no bem-estar das crianças em 24 dos países mais ricos do mundo.

São examinadas três dimensões da desigualdade: bem-estar material, educação e saúde. Em cada um dos casos e para cada país, a questão que se coloca é *“até que ponto estão as crianças a ser deixadas para trás?”*

O Gráfico 1a resume os resultados. Dentro dos limites dos dados disponíveis, representa uma visão global da medida em que as nações desenvolvidas do mundo estão à altura do ideal segundo o qual *“nenhuma criança será deixada para trás”*.

O Gráfico 1b apresenta os mesmos dados sob uma perspectiva diferente, mostrando o desempenho de cada país em relação à média de todos os Estados membros da OCDE.

Ambos os gráficos demonstram que um pequeno grupo de países – Dinamarca, Finlândia, Países Baixos e Suíça – estão na dianteira da promoção da igualdade no bem-estar das crianças. A Grécia, a Itália e os EUA, por outro lado, são os que deixam crianças mais para trás.

Por que razão a desigualdade é importante

O aumento da desigualdade ao longo das três últimas décadas – as suas causas económicas, os seus custos sociais e as suas possíveis soluções – é actualmente objecto de considerável debate nos países da OCDEⁱ. Por um lado, considera-se que,

uma vez atingido um certo nível de desenvolvimento económico, uma maior igualdade *“aumentaria o bem-estar e a qualidade de vida de todos”*ⁱⁱ. Por outro, há quem defenda que a desigualdade se justifica enquanto reflexo de diferenças na capacidade e no esforço, incentivando o progresso em todas as áreas da acção humana.

Este debate é importante, mas não afecta a premissa do presente relatório.

A ideia de que a desigualdade se justifica enquanto reflexo de diferenças no mérito não pode razoavelmente ser aplicada a crianças. Poucos negarão que as circunstâncias dos primeiros anos de vida das crianças estão fora do seu controlo. Ou que as circunstâncias dos primeiros anos de vida têm um profundo impacto nas suas vidas actuais e perspectivas futuras. Ou que crescer em situação de pobreza aumenta consideravelmente o risco de vir a sofrer de problemas de saúde, desenvolvimento cognitivo reduzido, baixo aproveitamento escolar, menos aptidões e aspirações e, possivelmente, menores rendimentos na idade adulta, ajudando assim a perpetuar a desvantagem de uma geração para a seguinte.

A criança não tem culpa de nada disto.

Em segundo lugar, a questão que aqui se coloca – *“até que ponto estão as crianças a ser deixadas para trás?”* – exige que se meça, não a desigualdade em geral, mas a desigualdade na base da pirâmide de distribuição. Por outras palavras, o parâmetro utilizado não é a distância entre o topo e a base, mas entre a mediana e a base. O nível mediano de bem-estar das

crianças – em bens materiais, resultados educativos ou nível de saúde – representa aquilo que é considerado normal numa dada sociedade, enquanto que o que fica abaixo dessa mediana em mais do que certo grau comporta um risco de exclusão social.

Actualmente, a “desigualdade na base da pirâmide” já não constitui uma preocupação apenas para os partidos de esquerda. No Reino Unido, por exemplo, um Primeiro-ministro conservador defendeu em 2009 que *“Devemos centrar-nos na atenuação do fosso entre a base e o meio da pirâmide, não porque tal seja fácil, mas porque o enfoque naqueles que não têm a oportunidade de ter boas condições de vida é o mais importante a fazer”*.

Esse “fosso entre a base e o meio da pirâmide” constitui o objecto central do *Report Card n.º 9*.

Medindo a desigualdade

Deve ser dito desde o início que os dados apresentados para medir a desigualdade, embora sejam os mais recentes, resultam de estudos realizados antes da crise económica de 2008 (Caixa 2). Além disso, não são dados completos. Por exemplo, existe muito pouca informação estatística disponível sobre os cruciais primeiros anos da infância.

É também importante reconhecer que o bem-estar tem muitas dimensões, pelo que a sua medição deve também ser multidimensional, na medida em que os dados o permitam. *“Cada dimensão da qualidade de vida exige medições adequadas da desigualdade, sendo cada uma destas medições significativa em si mesma e nenhuma reclamando prioridade absoluta sobre as demais”*,

diz a Comissão da Medição do Desempenho Económico e Progresso Social, estabelecida em 2008 pelo Presidente de França.*

O Gráfico 1a compara assim 24 países da OCDE em função do seu desempenho na atenuação da desigualdade na base da pirâmide nas três dimensões do bem-estar das crianças. A classificação confirma a opinião da Comissão segundo a qual nenhum indicador pode ser utilizado para substituir adequadamente os demais.

Medindo o fosso

Consoante os dados disponíveis, propõe-se a utilização de dois métodos para estimar “até que ponto” as crianças estão a ser deixadas para trás.

O primeiro compara a posição da criança no percentil 10 (isto é, a criança numa posição inferior a 90% das crianças da sociedade) com a criança no percentil 50 (posição mediana). O grau de desigualdade é medido pela diferença entre as duas, expresso como uma percentagem da posição mediana.

O segundo método (utilizado quando os dados obtidos não são adequados para uma análise por percentis) compara o nível de bem-estar da criança na mediana com o nível médio de todas as crianças abaixo da mediana.

As diferentes circunstâncias geográficas e históricas podem ajudar a explicar os diferentes graus de desigualdade. E é certamente um lugar comum dizer que haverá sempre os 10% mais baixos em qualquer país e que 50% das crianças ficarão sempre abaixo da mediana nacional. Neste sentido, ficar um pouco para trás é

obviamente inevitável. A questão fundamental é – *para trás até que ponto?* Existirá um ponto a partir do qual ficar para trás não é uma fatalidade mas sim um resultado das políticas, não inevitável mas inaceitável, não desigualdade mas iniquidade?

Não existem respostas teóricas amplamente consensuais para estas questões. Mas a comparação internacional pode ajudar a estabelecer respostas práticas medindo o “ficar para trás” de acordo com o padrão estabelecido pelos países da OCDE com melhores resultados. Este indicador pode não representar o melhor a que se pode aspirar, mas fixa um nível abaixo do qual a desigualdade na base não é manifestamente inevitável.

Se, por exemplo, a diferença no sucesso escolar dos estudantes nos percentis 10 e 50 for significativamente maior em França ou na Bélgica do que na Finlândia ou Irlanda (Gráfico 3d), parece evidente que as crianças no percentil 10 das escolas francesas e belgas estão mais distantes da mediana do que o necessário. A diferença entre os países com melhores resultados e o resto dos países da OCDE pode assim ser lida como uma aferição mínima do grau em que o “ficar para trás” depende das políticas – medida em que isso não é inevitável, mas é injusto.

A comparação internacional considera assim o desempenho de cada país, não em relação a um conceito abstracto de igualdade, mas em relação a um indicador prático daquilo que outras nações com níveis análogos de desenvolvimento económico já alcançaram. Permite assim medir, em termos realistas, a possibilidade de melhoria.

* Esta Comissão é presidida por Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi.

DESIGUALDADE MATERIAL

A primeira das três dimensões da desigualdade no bem-estar infantil aqui consideradas é a desigualdade no bem-estar material das crianças.

A pobreza infantil é muito mais do que a escassez de rendimento. Tem também a ver com a falta de oportunidades e de expectativas, de recursos culturais e educativos, de habitação e infra-estruturas, de tempo e cuidados parentais, de serviços de proximidade e recursos da comunidade. Porém, sob o ponto de vista da criança, estas diferentes dimensões da pobreza raramente estão separadas. As circunstâncias familiares, o emprego e os rendimentos, os serviços de saúde e educação e o ambiente a nível local são factores que se influenciam mutuamente na determinação do bem-estar.

Não estão actualmente disponíveis dados internacionalmente comparáveis para reflectir esta complexidade. Mas, ao invés de ser apurada com base unicamente em dados relativos ao rendimento, a desigualdade no bem-estar material da criança é aqui medida por três indicadores para os quais estão disponíveis dados adequados: *rendimentos do agregado familiar, acesso a recursos educativos básicos e condições habitacionais.*

Rendimento disponível do agregado familiar

A desigualdade de rendimento das crianças é calculada com base nos rendimentos disponíveis dos agregados familiares com crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos (depois de somados os benefícios, deduzidos os impostos e feito um ajustamento para as economias de escala disponíveis para as famílias mais numerosas). Para medir a desigualdade na base da pirâmide de distribuição, o rendimento da criança no percentil 50 (a mediana) é comparado com o rendimento da criança no percentil 10 (isto é, mais pobre do que 90% das crianças). “*Até que ponto as crianças mais pobres estão a ficar para trás*” é, então, medido pela diferença entre os dois.

Tal como o Gráfico 2a demonstra, a desigualdade entre as crianças à luz dos rendimentos do agregado familiar é mais

baixa na Noruega, com os países nórdicos e os Países Baixos a ocuparem seis dos oito primeiros lugares da tabela. No outro extremo, considera-se que a Itália, Canadá, Espanha, Portugal e Grécia apresentam os mais altos níveis de desigualdade de rendimento para as crianças. Não existem dados sobre os rendimentos disponíveis dos agregados familiares nos EUA.*

* Utilizando o rendimento bruto (antes dos impostos) do agregado familiar, o rendimento disponível para uma criança no percentil 10 nos EUA está cerca de 70% abaixo do rendimento disponível para uma criança na mediana.

Recursos educativos básicos

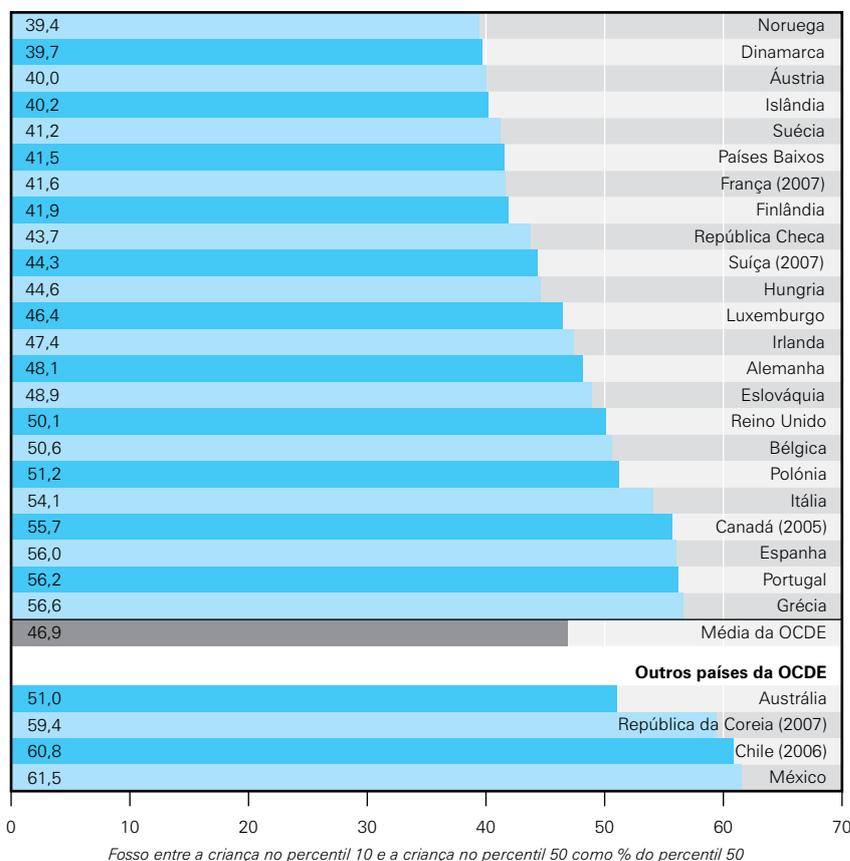
A segunda medida utilizada para comparar a desigualdade no bem-estar material é o “acesso a recursos educativos básicos”.

Mais uma vez, coloca-se a mesma questão: “*até que ponto estão as crianças mais desfavorecidas a ficar para trás?*”

Gráfico 2a Desigualdade no bem-estar material: rendimento

O gráfico mostra a desigualdade na base da pirâmide na distribuição do rendimento disponível para as crianças em 27 países da OCDE. Os cálculos são baseados nos rendimentos dos agregados familiares com crianças dos 0 aos 17 anos (depois de somadas as prestações, deduzidos os impostos e feito um ajustamento para as economias de escala possíveis para as famílias numerosas). Para cada país, o parâmetro utilizado para medir a desigualdade na base da pirâmide foi a diferença entre o rendimento da criança no percentil 50 (nível mediano) e o rendimento da criança no percentil 10 (isto é, a criança mais pobre do que 90% das crianças).

As barras mostram até que ponto as crianças no percentil 10 estão a ficar para trás (expresso como uma percentagem do rendimento mediano dos agregados familiares com crianças).



Notas: Os “outros países da OCDE” estão listados separadamente uma vez que as limitações dos dados impediram a sua inclusão nas tabelas com uma visão geral de cada dimensão do bem-estar das crianças. A média da OCDE é não ponderada para os 23 países incluídos na tabela classificativa principal.

Fonte: UE-SILC 2008. Os dados respeitantes à França são do inquérito UE-SILC 2007. Vide página 30 (Dados para o Report Card n.º 9: os inquéritos) para informação mais detalhada sobre os dados relativos aos países, incluindo as fontes dos dados relativos à Austrália, Canadá, Chile, México, República da Coreia e Suíça.

O Gráfico 2b tenta responder com base em dados obtidos em estudos do Programa de Avaliação Internacional dos Estudantes (PISA).

No estudo feito em 2006 pelo PISA (página 30), foi perguntado a uma amostra representativa de estudantes de 15 anos de idade nos países da OCDE quais dos seguintes bens existiam nas suas casas:

- Uma secretária
- Um local sossegado para estudar
- Um computador para os trabalhos escolares
- Software didático
- Uma ligação à Internet
- Uma calculadora
- Um dicionário
- Manuais escolares.

Os resultados obtidos – registados numa escala de 0 a 8 – não se prestam a uma análise por percentil. A desigualdade é, assim, medida pela diferença entre a pontuação de uma criança na mediana e a pontuação média de todas as crianças abaixo da mediana. Os resultados são apresentados no Gráfico 2b.

A disponibilidade de computadores e acesso à *Internet* depende, em certa medida, do nível de desenvolvimento económico de cada país. Mesmo as crianças pobres dos países muito ricos, por exemplo, podem ter acesso à maioria ou a todos os bens constantes da lista de “recursos educativos domésticos”. O valor mediano varia assim de país para país. Mas a questão central aqui é a *desigualdade*:

a diferença entre a mediana (coluna 2) e a média abaixo da mediana (coluna 3). A coluna 4 mostra a diferença entre as duas e o gráfico representa o fosso de desigualdade como uma percentagem da mediana.

Os países do norte da Europa dominam mais uma vez a parte superior da tabela. O país nórdico menos bem posicionado, a Noruega, apresenta uma taxa de igualdade próxima da média do conjunto da OCDE. Nos últimos lugares da tabela, o Reino Unido, Grécia e Eslováquia apresentam os mais altos níveis de desigualdade no acesso a recursos educativos básicos.

Gráfico 2b Desigualdade no bem-estar material: recursos educativos

Perguntou-se a estudantes de 15 anos em cada país quais dos seguintes bens estavam disponíveis nas suas casas: uma secretária, um local sossegado para estudar, um computador para os trabalhos de casa, software didático, uma ligação à Internet, uma calculadora, um dicionário e manuais escolares.

A desigualdade foi medida comparando o valor mediano de cada país (coluna 2) com o valor médio dos estudantes abaixo da mediana (coluna 3). A coluna 4 mostra a diferença entre os dois como um número absoluto de bens educativos “em falta”. O gráfico de barras à direita mostra o fosso de desigualdade (em percentagem da mediana de cada país).



Notas: Os “outros países da OCDE” estão listados separadamente uma vez que as limitações dos dados impediram a sua inclusão nas tabelas com uma visão geral de cada dimensão do bem-estar das crianças. A média da OCDE é não ponderada para os 24 países incluídos na tabela classificativa principal.

Fonte: Estudo PISA 2006 (vide página 30).

Espaço em casa

A terceira medida do bem-estar material é o “espaço em casa”, definido como o número de divisões por pessoa nos agregados familiares com crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos de idade (excluindo corredores, cozinhas e casas de banho).

Embora nos dê apenas uma medida aproximada das condições de habitação, o espaço em casa é um factor constante e importante na vida dos jovens. No conjunto da OCDE, estima-se que uma criança em cada três viva em condições de sobrelotaçãoⁱⁱⁱ.

O Gráfico 2c baseia-se uma vez mais em dados de inquéritos para estimar a desigualdade ao nível do espaço em casa. Tal como sucede com os recursos educativos,

a medida utilizada é a diferença entre o valor mediano do espaço residencial e o valor médio para as crianças abaixo da mediana. Segundo esta medida, considera-se que a Islândia, Alemanha e Suíça apresentam os mais baixos níveis de desigualdade no espaço em casa para as crianças (juntamente com a Austrália, que é um dos países excluídos das tabelas principais uma vez que não possui dados disponíveis para as três dimensões do bem-estar das crianças). Nos últimos lugares da tabela, estão os EUA, a Itália e a Hungria, que apresentam os mais altos níveis de desigualdade.

Desigualdade material: uma visão geral

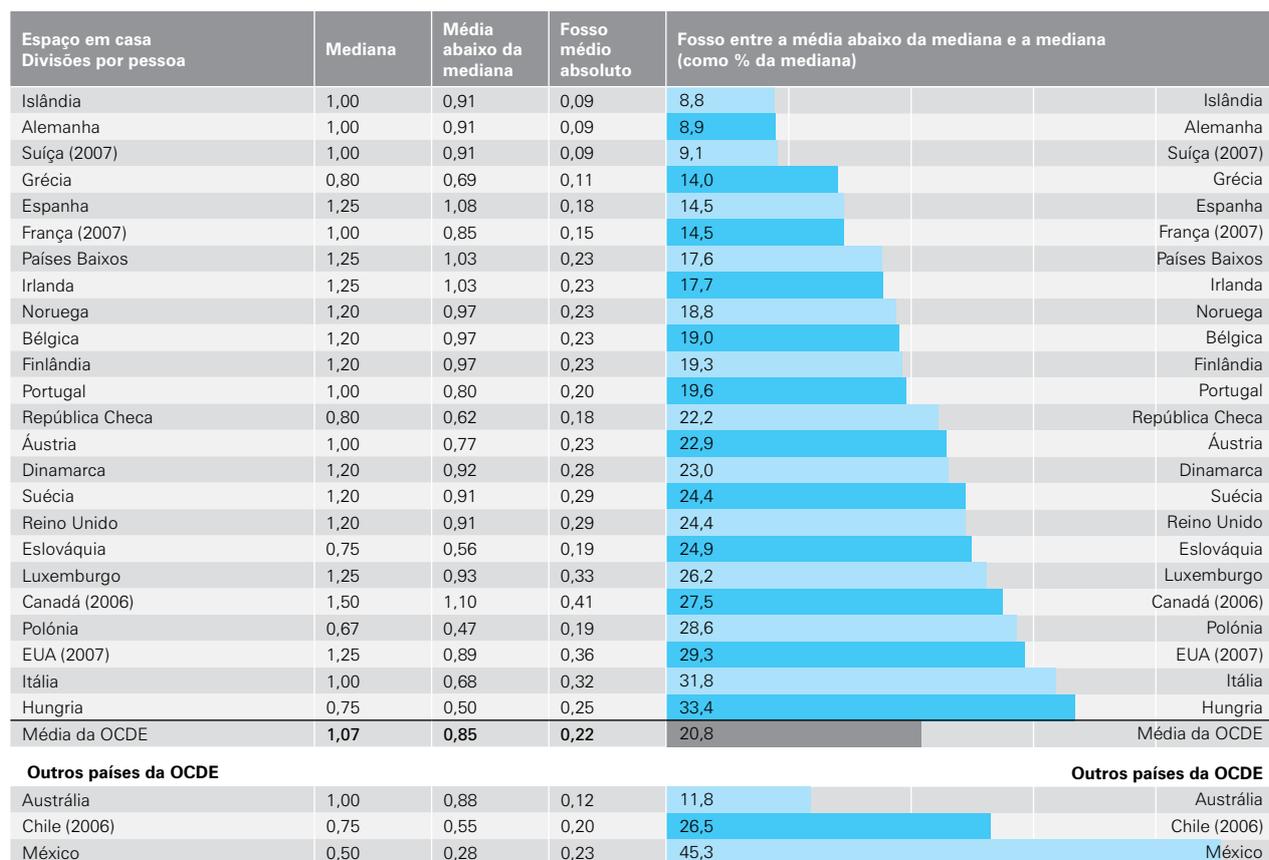
Os Gráficos 2d e 2e combinam as três medidas utilizadas: rendimento do agregado

familiar, acesso a recursos educativos e espaço em casa. Para cada país, e para cada indicador, os valores indicativos da desigualdade foram colocados numa escala comum, na qual 100 representa a média da OCDE e 10 representa um desvio padrão (uma medida habitualmente utilizada da posição dos bens sujeitos a medição em relação à média de todo o grupo). É depois feita a média dos valores de cada indicador, para se obter a visão geral da desigualdade no bem-estar material das crianças apresentada no Gráfico 2d.

A Suíça tem a mais baixa taxa de desigualdade, seguida de perto pela Islândia e Países Baixos.

Gráfico 2c Desigualdade no bem-estar material: espaço em casa

O espaço em casa é definido como o número de divisões por pessoa das residências dos agregados familiares com crianças (não contando corredores, cozinhas e casas de banho). A desigualdade é medida pela diferença entre o valor mediano (coluna 2) e o valor médio de todas as crianças abaixo da mediana (coluna 3). A coluna 4 mostra a diferença entre as duas. O gráfico de barras à direita mostra o fosso de desigualdade (como uma percentagem da mediana).



Notas: Os “outros países da OCDE” estão listados separadamente uma vez que as limitações dos dados impediram a sua inclusão nas tabelas com uma visão geral de cada dimensão do bem-estar das crianças.

Fontes: UE-SILC 2008. Os dados respeitantes à França são do inquérito UE-SILC 2007. Vide página 30 (Dados para o Report Card n.º 9: os inquéritos) para informações mais detalhadas sobre os dados relativos aos países, incluindo as fontes dos dados relativos à Austrália, Canadá, Chile, México, República da Coreia, Suíça e EUA.

Uma segunda tabela resumo (Gráfico 2e) mostra as contribuições individuais dos três indicadores, permitindo aos países detectar os seus pontos fortes e fracos. Países como a Alemanha, Bélgica, Reino Unido, Grécia e Eslováquia, por exemplo, vêem os seus resultados prejudicados devido a uma desigualdade superior à média no acesso a recursos educativos básicos. A Espanha,

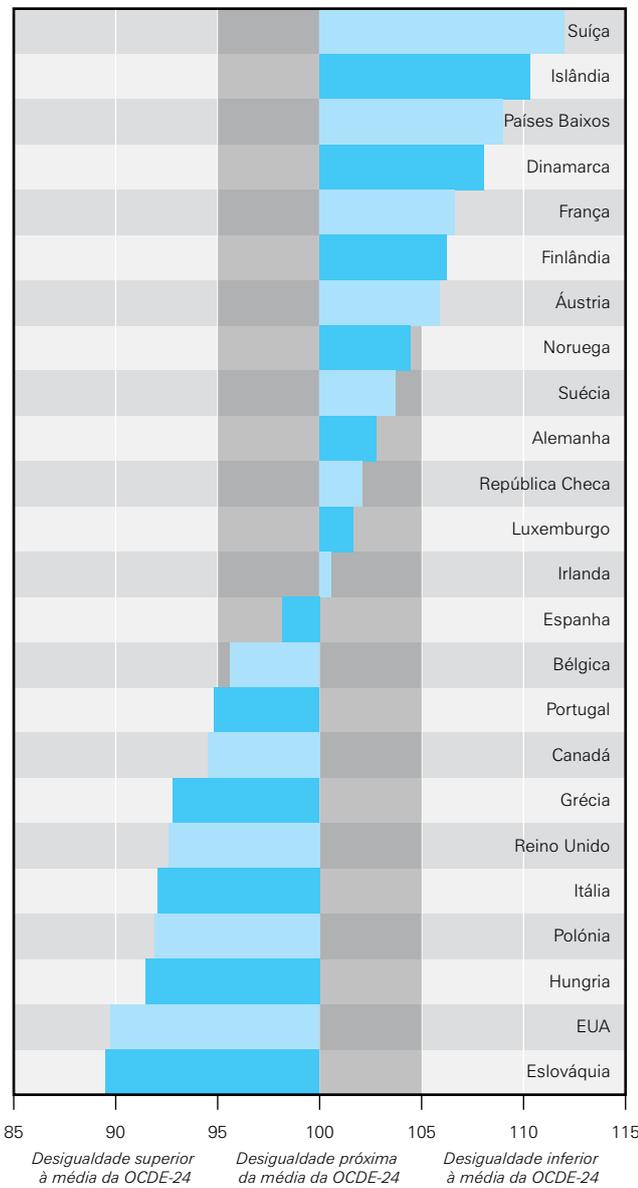
Canadá, Portugal e Grécia descem na tabela em virtude de níveis de desigualdade superiores à média nos rendimentos dos agregados familiares.

Estas três medidas da desigualdade no bem-estar material das crianças dos escalões mais baixos não são ideais nem completas. Mas são as melhores disponíveis

para fins de comparação internacional. Não apurando o bem-estar material unicamente com base na percentagem de crianças em agregados familiares com rendimentos abaixo de determinado limiar, tentam medir de forma mais abrangente até que ponto as crianças mais desfavorecidas estão a ser deixadas para trás.

Gráfico 2d Desigualdade no bem-estar material: uma visão geral

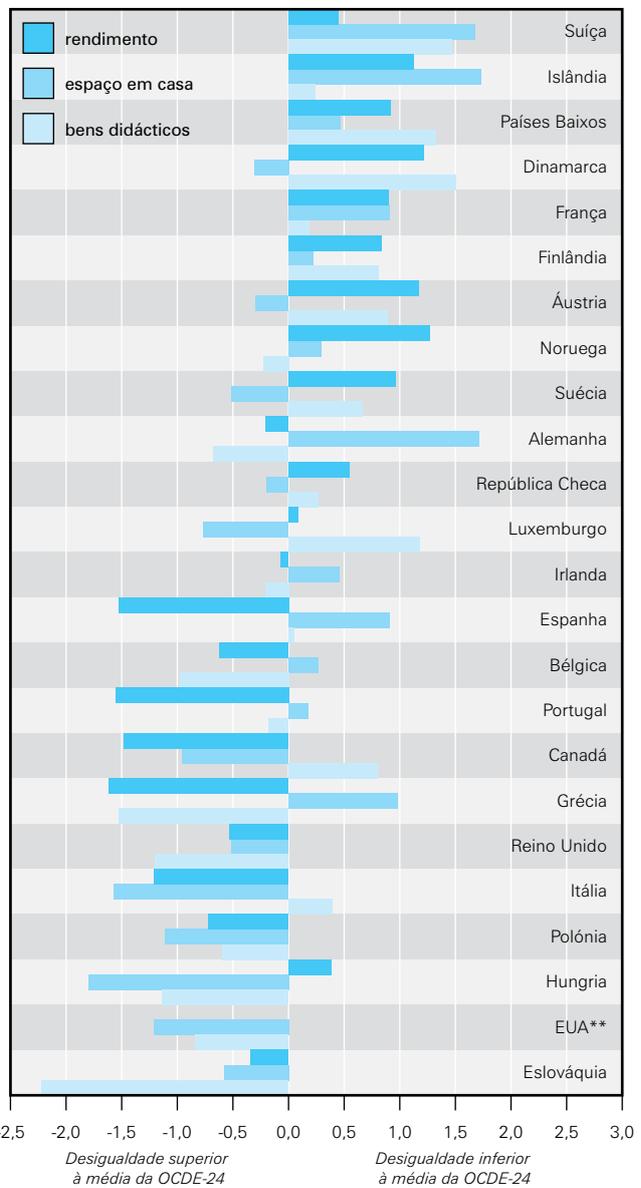
O Gráfico 2d combina os três parâmetros de medição da desigualdade no bem-estar material das crianças (rendimento, bens didáticos e espaço em casa), proporcionando uma visão geral para os 24 países da OCDE com dados disponíveis. Para cada país, os valores obtidos nos três indicadores da desigualdade material foram padronizados, combinados e colocados numa escala comum na qual o 100 representa a média não ponderada da OCDE e o 10 um desvio padrão.*



* Um desvio padrão é uma medida do diferencial da distribuição em torno da sua média.
Fontes: Vide Gráficos 2a, 2b e 2c. Vide também o Gráfico 2e para a medida padrão da desigualdade em cada um dos três indicadores da desigualdade no bem-estar material das crianças.

Gráfico 2e Desigualdade no bem-estar material: desagregação dos dados

O gráfico 2e apresenta a mesma informação que o gráfico 2d, mas mostra a contribuição individual de cada um dos três indicadores da desigualdade utilizados. Para cada um dos indicadores, o comprimento da barra representa a distância de cada país acima ou abaixo da média dos 24 países da OCDE (mais uma vez medida em desvios padrão acima ou abaixo da média). O que permite a cada país detectar os seus pontos fortes e fracos.



** Não existem dados sobre o rendimento disponível dos agregados familiares nos EUA.
Fontes: Vide Gráficos 2a, 2b e 2c.

DESIGUALDADE EDUCATIVA

A segunda dimensão da desigualdade aqui considerada é a desigualdade no desempenho educativo dos jovens.

Os dados foram obtidos pelo Programa de Avaliação Internacional dos Estudantes (PISA), que testa regularmente uma amostra nacionalmente representativa de estudantes com 15 anos de idade* em mais de 40 países. O seu objectivo consiste em testar e comparar as competências adquiridas ao nível da leitura, matemática e ciências.

Tal como sucede com o rendimento, a desigualdade é medida como a diferença entre os resultados dos testes nos percentis 10 e 50. As tabelas 3a, 3b e 3c apresentam os resultados.

O Gráfico 3d combina as três medidas, proporcionando uma visão geral. Mais uma vez, o valor obtido por cada país em cada indicador foi colocado numa escala comum na qual 100 representa a média não ponderada da OCDE e 10 representa

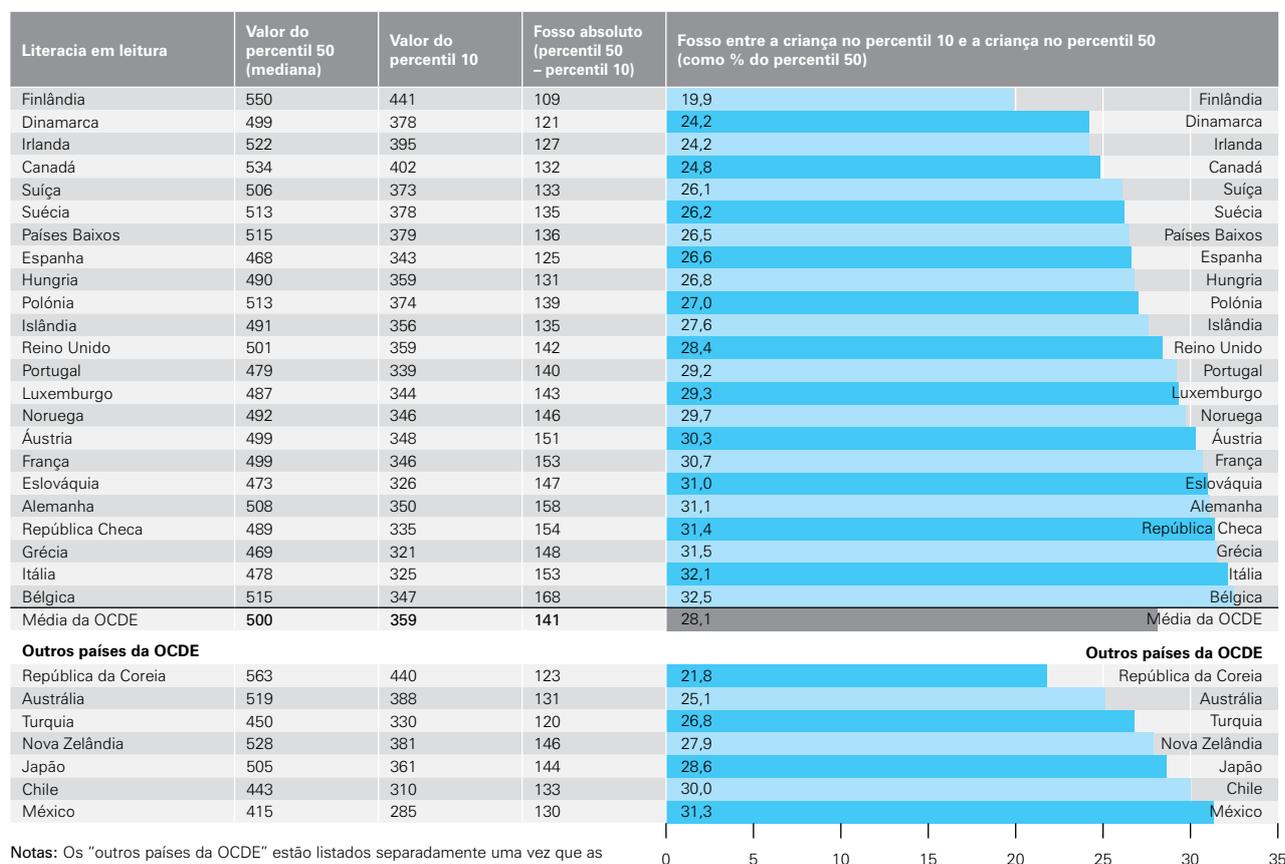
um desvio padrão acima ou abaixo dessa média. Isto permite que o desempenho de cada país seja medido em relação, tanto à média como ao grau de variabilidade do conjunto da OCDE.

O Gráfico 3e desagrega esta visão geral para demonstrar de que forma a desigualdade nos escalões mais baixos nos três tipos de literacia contribui para a taxa geral de desigualdade de cada país.

*O estudo baseia-se unicamente numa amostragem de crianças com 15 anos de idade que frequentam a escola. Pode, assim, não representar plenamente os grupos marginalizados em alguns países da OCDE.

Gráfico 3a Desigualdade na literacia em leitura

Utilizando os resultados do estudo PISA sobre “literacia leitura” dos estudantes de 15 anos, o Gráfico 3a mede a desigualdade educativa em cada país comparando o resultado do estudante no percentil 50 (a mediana) com o resultado do estudante no percentil 10 (isto é, inferior a 90% de todos os resultados). O gráfico de barras mostra o fosso entre os dois (expresso como uma percentagem da mediana).



Notas: Os “outros países da OCDE” estão listados separadamente uma vez que as limitações dos dados impediram a sua inclusão nas tabelas com uma visão geral de cada dimensão do bem-estar das crianças. A média da OCDE é não ponderada para os 23 países incluídos na tabela classificativa principal. Faltam dados sobre a literacia linguística nos EUA.

Fonte: PISA 2006 (vide página 30).

Gráfico 3b Desigualdade na literacia matemática

Utilizando os dados do estudo PISA sobre a “literacia matemática” dos estudantes de 15 anos, o gráfico 3b mede a desigualdade educativa em cada país mediante a comparação dos resultados de um estudante no percentil 50 (a mediana) com os resultados de um estudante no percentil 10 (isto é, inferior a 90% de todos os resultados). O gráfico de barras mostra o fosso entre os dois (expresso como uma percentagem da mediana).



Notas: Os “outros países da OCDE” estão listados separadamente uma vez que as limitações dos dados impediram a sua inclusão nas tabelas com uma visão geral de cada dimensão do bem-estar das crianças. A média da OCDE é não ponderada para os 24 países incluídos na tabela classificativa principal.

Fonte: PISA 2006 (Vide página 30).

Gráfico 3c Desigualdade na literacia científica

Utilizando os dados do estudo PISA sobre a “literacia científica” dos estudantes de 15 anos, o Gráfico 3c mede a desigualdade educativa em cada país mediante a comparação dos resultados de um estudante no percentil 50 (a mediana) com os resultados de um estudante no percentil 10 (isto é, inferior a 90% de todos os resultados). O gráfico de barras mostra o fosso entre os dois (expresso como uma percentagem da mediana).



Notas: Os “outros países da OCDE” estão listados separadamente uma vez que as limitações dos dados impediram a sua inclusão nas tabelas com uma visão geral de cada dimensão do bem-estar das crianças. A média da OCDE é não ponderada para os 24 países incluídos na tabela classificativa principal.

Fonte: PISA 2006 (Vide página 30).

Nada de compromissos

Estas medições servem para sustentar a discussão sobre duas questões.

Em primeiro lugar, contrariam o argumento segundo o qual o progresso constante no sentido da igualdade de oportunidades na educação significa que as diferenças nos resultados educativos são agora, sobretudo, um reflexo da distribuição de capacidades naturais. Tal como mostram os Gráficos 3a,

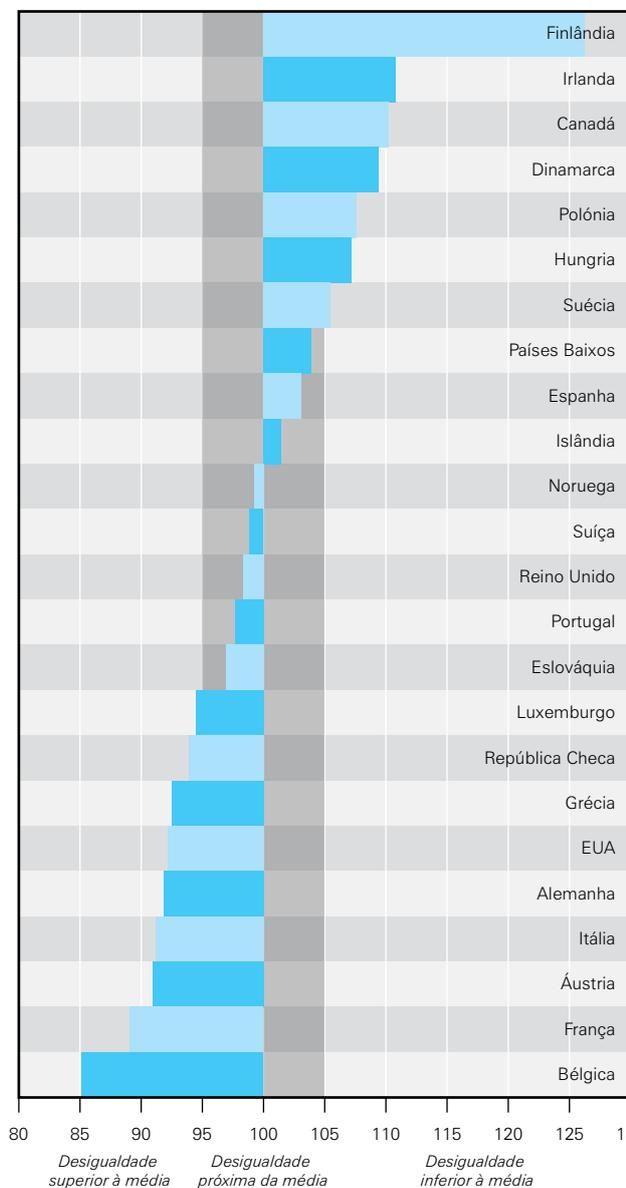
3b e 3c, os diferentes países da OCDE têm padrões muito distintos de desigualdade na base da pirâmide ao nível dos resultados educativos. Pode-se presumir que tal resulta, não de diferenças na distribuição de capacidades naturais, mas de diferenças nas políticas que, ao longo do tempo, limitam o grau em que os estudantes com mais dificuldades ficam para trás. O Gráfico 3d, por exemplo, mostra ser muito menos provável que os estudantes com menor

aproveitamento escolar na Finlândia, Irlanda e Canadá fiquem muito para trás relativamente aos seus pares do que os estudantes da Áustria, França ou Bélgica.

O padrão de desigualdade nos escalões mais baixos em termos de resultados educativos é assim reflexo de mais do que a lotaria de nascimento e circunstâncias. Pode reflectir diferenças nos esforços nacionais para reduzir as desvantagens socioeconómicas.

Gráfico 3d Desigualdade na educação: visão geral

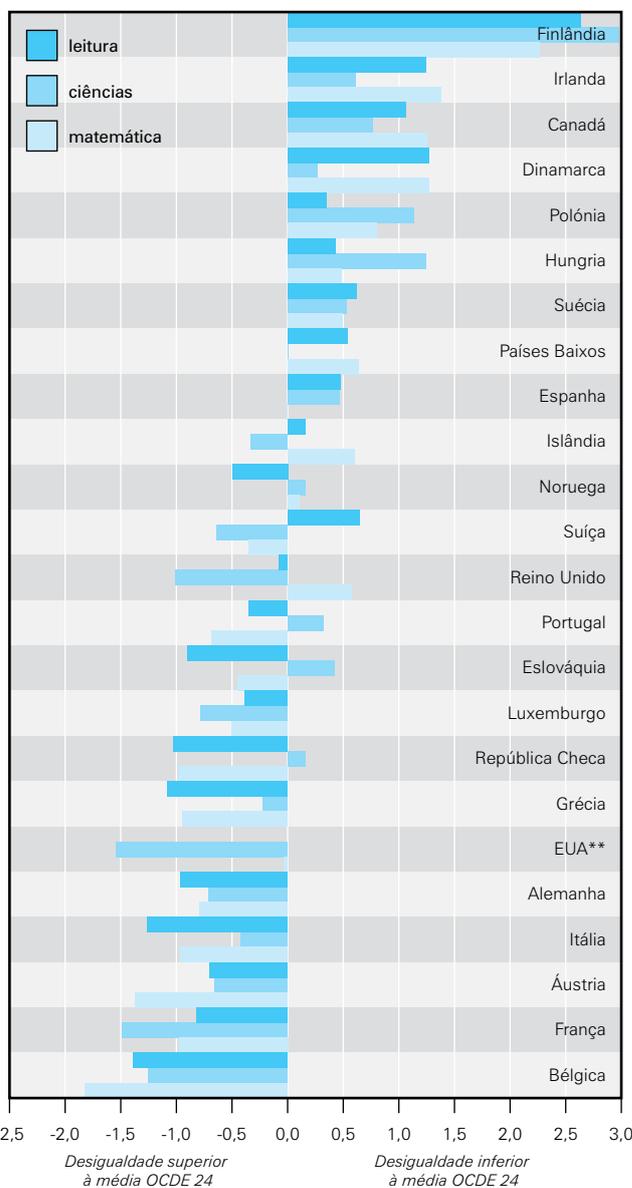
O Gráfico 3d combina os três parâmetros de medição da desigualdade no desempenho educativo das crianças (na literacia em leitura, matemática e científica), proporcionando uma visão geral para os 24 países da OCDE. Para cada país, os valores obtidos nos três indicadores da desigualdade educativa foram padronizados, sendo depois calculada a respectiva média e colocados numa escala comum na qual 100 representa a média não ponderada da OCDE e 10 equivale a um desvio padrão.*



* Um desvio padrão é uma medida do diferencial da distribuição em torno da sua média. Fonte: Vide Gráficos 3a, 3b e 3c. Vide também o Gráfico 3e para a medida padrão da desigualdade em cada um dos três indicadores da desigualdade no bem-estar educativo.

Gráfico 3e Desigualdade educativa: dados desagregados

O Gráfico 3e apresenta a mesma informação que o Gráfico 3d, mas mostra a contribuição individual de cada um dos três indicadores de desigualdade utilizados. Para cada indicador, o comprimento da barra representa a distância do país acima ou abaixo da média dos 24 países da OCDE (mais uma vez medida em desvios padrão acima ou abaixo dessa média). Isto permite a cada país detectar os seus pontos fracos e fortes.



** Faltam dados relativos à literacia em leitura nos EUA. Fonte: Vide Gráficos 3a, 3b e 3c.

Ou pode reflectir esforços para enfraquecer a ligação entre a desvantagem socioeconómica e o aproveitamento escolar (as crianças cujas mães não concluíram o ensino secundário, por exemplo, estão em significativamente maior risco de terem resultados mais baixos ao nível da literacia em leitura, mas este risco é duas ou três vezes maior em determinados países)^{iv}. É também provável que os diferentes níveis de desigualdade reflectam diferentes graus de preocupação política, ao longo do tempo, por aqueles que se encontram em risco de ficar para trás.

Em segundo lugar, as comparações internacionais da desigualdade no

desempenho escolar fornecem também elementos importantes para informar a decisão sobre se deve ser feita uma escolha entre o investimento em estudantes com baixos níveis de aproveitamento escolar e a maximização do potencial daqueles que revelam maiores capacidades.

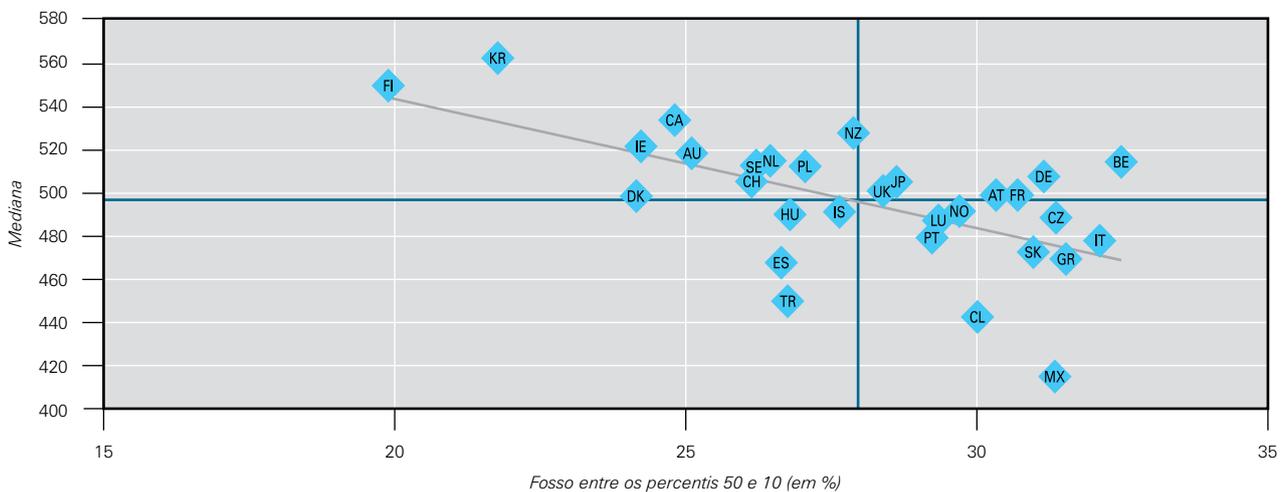
O Gráfico 3f(i) sugere uma resposta a esta questão, demonstrando não existir qualquer relação entre uma maior desigualdade e um melhor desempenho na mediana. Na realidade, os países com maiores desigualdades tendem também a ter resultados ligeiramente inferiores no percentil 50. Os dois países com a menor desigualdade na base da pirâmide, a Finlândia e a Coreia do Sul, são também

os dois países com os mais altos níveis medianos de aproveitamento escolar. Uma criança nascida em qualquer um destes países tem, assim, menos probabilidade de ficar para trás, relativamente aos seus pares, e maiores hipóteses de obter um resultado acima da média do conjunto da OCDE ao nível da literacia em leitura.

O Gráfico 3f(ii) confirma esta tendência ao mostrar o desempenho dos estudantes com maior aproveitamento. Mais uma vez, os países com melhores resultados no percentil 90 do desempenho escolar tendem a ser os países com mais baixos níveis de desigualdade nos escalões inferiores.

Gráfico 3f(i) Desigualdade na base da pirâmide e desempenho mediano

O gráfico compara os fossos de desigualdade na literacia em leitura com os níveis medianos de literacia em leitura em 30 países membros da OCDE.

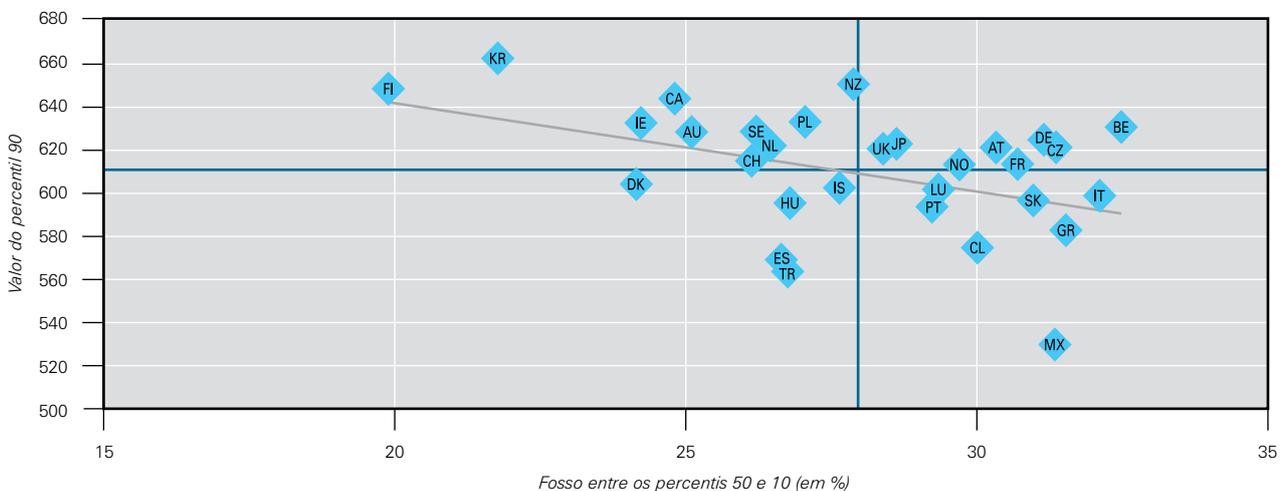


Notas: As linhas azuis verticais e horizontais indicam a média não ponderada da OCDE (30 países). Linha de tendência obtida por regressão linear. Faltam dados relativos aos EUA. Para as abreviaturas dos países, vide página 33.

Fonte: PISA 2006 (Vide página 30).

Gráfico 3f(ii) Desigualdade na base da pirâmide e desempenho no topo

O gráfico compara os fossos de desigualdade na literacia em leitura com os resultados no percentil 90 do desempenho em 30 países da OCDE.



Notas: As linhas azuis verticais e horizontais indicam a média não ponderada da OCDE (30 países). Linha de tendência obtida por regressão linear. Faltam dados relativos aos EUA. Para as abreviaturas dos países, vide página 33.

Fonte: PISA 2006 (Vide página 30).

DESIGUALDADE NA SAÚDE

A terceira e última dimensão do bem-estar das crianças, para a qual os dados permitem uma medição transnacional da desigualdade, é a saúde.

Mais uma vez, são usados três indicadores: as queixas de saúde declaradas pela própria criança, uma alimentação saudável e a frequência de actividade física vigorosa. Todos eles constituem marcadores bem estabelecidos do estado de saúde da criança no presente e no futuro. Os dados derivam do estudo de 2005-2006 intitulado “Comportamentos de Saúde das Crianças em Idade Escolar” (HBSC), elaborado pela Organização Mundial de Saúde em colaboração com outras entidades e que

analisa regularmente os comportamentos de saúde de crianças com 11, 13 e 15 anos de idade que frequentam a escola, em 41 países da Europa e América do Norte.

Queixas de saúde dos próprios

Entre muitas outras questões, perguntou-se aos participantes no estudo HBSC com que frequência tinham sentido os seguintes sintomas, nos seis meses anteriores:

- Dores de cabeça
- Dores de estômago
- Desânimo
- Irritabilidade

- Mau humor
- Nervosismo
- Dificuldade em adormecer
- Tonturas.

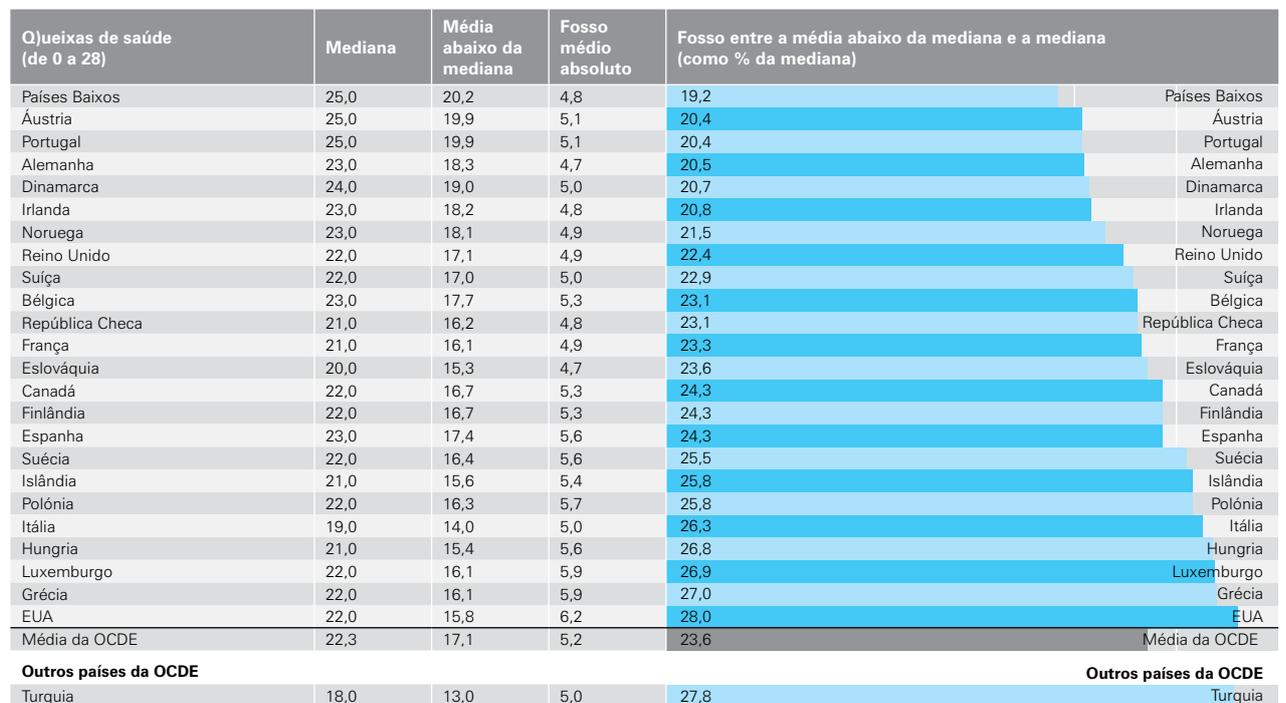
As respostas foram transferidas para uma escala de 0 (ocorrências frequentes de todas as queixas) a 28 (nenhuma queixa).

O Gráfico 4a utiliza estes dados para estimar o grau de desigualdade no estado de saúde declarado pela própria criança. Tal como anteriormente, a medida utilizada é a diferença entre o valor mediano de cada país (coluna 2) e o valor médio de todas as crianças abaixo da mediana (coluna 3). O fosso de desigualdade é apresentado

Gráfico 4a Desigualdade na saúde: queixas dos próprios

No inquérito HBSC 2005-2006 (página 30), perguntou-se a estudantes de 11, 13 e 15 anos de idade com que frequência tinham sentido, nos seis meses anteriores, os seguintes sintomas: dores de cabeça, dores de estômago, desânimo, irritabilidade, mau humor, nervosismo, dificuldade em adormecer, tonturas. As respostas foram transferidas para uma escala de 0 (ocorrências frequentes das sete queixas) a 28 (nenhuma queixa de saúde).

A desigualdade foi então medida comparando o valor mediano de cada país (coluna 2) com o valor médio dos que se encontravam abaixo da mediana (coluna 3). A coluna 4 mostra a diferença entre os dois valores. O gráfico de barras à direita mostra o fosso de desigualdade (expresso como uma percentagem da mediana).



Notas: Os "outros países da OCDE" estão listados separadamente uma vez que as limitações dos dados impediram a sua inclusão nas tabelas com uma visão geral de cada dimensão do bem-estar das crianças. A média da OCDE é não ponderada para os 24 países incluídos na tabela classificativa principal.

Fonte: HBSC 2005-2006 (Vide página 30).

como a diferença absoluta entre os dois valores (coluna 4) e também como um gráfico de barras mostrando o grau de desigualdade na base da pirâmide como uma percentagem da mediana de cada país.

As queixas dos próprios têm limitações enquanto indicador do estado de saúde. As diferenças culturais, por exemplo, podem desempenhar um papel na explicação das diferenças entre a média de cada país (embora as queixas das crianças se tenham revelado um bom indício para prever o estado de saúde na idade adulta)^v. Mas o nosso enfoque aqui não é nas médias mas nas desigualdades reveladas pela comparação da mediana de cada país com a média abaixo da mediana.

Mais uma vez, constata-se que os países com mais altos níveis medianos de saúde

– Países Baixos, Áustria e Portugal – são também os países com os mais baixos níveis de desigualdade na saúde.

Alimentação saudável e atividade física vigorosa

Os segundo e terceiro indicadores disponíveis para a medição das desigualdades na base da pirâmide, em termos da saúde das crianças, baseiam-se nos dados obtidos pelo estudo HBSC nas rubricas “alimentação saudável” e “atividade física vigorosa”.

Uma alimentação saudável é fundamental para o crescimento e desenvolvimento normais da criança, assim como para a sua saúde a longo prazo. Uma alimentação pouco saudável, pelo contrário, está associada a uma ampla variedade de problemas de saúde a curto e a longo prazo, incluindo obesidade, diabetes de tipo 2 e doenças

cardiovasculares^{vi}. Uma componente fundamental de uma alimentação saudável é a inclusão de frutas e legumes na dieta diária da criança.

O exercício regular na adolescência também tem benefícios de saúde a curto e longo prazo, estando positivamente associado ao desenvolvimento cognitivo, ao bem-estar emocional e mesmo aos resultados académicos^{vii}. Para as crianças e adolescentes, a Organização Mundial de Saúde recomenda 60 minutos de exercício físico “moderado a vigoroso” todos os dias^{viii} (recomendação que não é generalizadamente seguida. Considerando a média não ponderada de 41 países incluídos no estudo HBSC, apenas 12% das raparigas de 15 anos e 20% dos rapazes de 15 anos declaram fazer uma hora de atividade física moderada a vigorosa todos os dias)^{ix}.

Gráfico 4b Desigualdade na saúde: alimentação saudável

No inquérito HBSC 2005-2006, perguntou-se a estudantes de 11, 13 e 15 anos de idade com que frequência comem fruta e legumes. As respostas foram convertidas num valor correspondente a uma “alimentação saudável”, segundo uma escala de 0 (nenhum consumo de fruta ou legumes) a 14 (consumo diário de fruta e legumes).

A desigualdade foi então medida comparando o valor mediano de cada país (coluna 2) com o valor médio das crianças abaixo da mediana (coluna 3). A coluna 4 mostra a diferença entre os dois valores. O gráfico de barras à direita mostra o fosso de desigualdade (expresso como uma percentagem da mediana).

Alimentação saudável (de 0 a 14)	Mediana	Média abaixo da mediana	Fosso médio absoluto	Fosso entre a média abaixo da mediana e a mediana (como % da mediana)	
Países Baixos	10,0	6,5	3,5	35,4	Países Baixos
Bélgica	10,0	6,5	3,5	35,4	Bélgica
Canadá	10,0	6,3	3,7	36,6	Canadá
Polónia	8,5	5,3	3,2	37,1	Polónia
França	8,5	5,3	3,2	37,8	França
Suécia	8,5	5,2	3,3	39,0	Suécia
República Checa	8,5	5,1	3,4	39,7	República Checa
Noruega	8,5	5,1	3,4	40,3	Noruega
Portugal	8,5	5,0	3,5	40,8	Portugal
Reino Unido	10,0	5,8	4,2	41,8	Reino Unido
Suíça	10,0	5,8	4,2	41,9	Suíça
Grécia	8,5	4,9	3,6	42,5	Grécia
Eslováquia	8,5	4,8	3,7	43,5	Eslováquia
Luxemburgo	8,5	4,7	3,8	44,2	Luxemburgo
Alemanha	8,5	4,7	3,8	44,5	Alemanha
Dinamarca	10,0	5,6	4,4	44,5	Dinamarca
Áustria	7,3	4,0	3,3	45,1	Áustria
Espanha	8,0	4,3	3,7	45,8	Espanha
Itália	8,5	4,6	3,9	45,9	Itália
EUA	8,5	4,5	4,0	46,5	EUA
Irlanda	10,0	5,3	4,7	46,7	Irlanda
Islândia	8,5	4,5	4,0	47,1	Islândia
Finlândia	8,0	4,1	3,9	49,2	Finlândia
Hungria	7,3	3,6	3,7	50,5	Hungria
Média da OCDE	8,8	5,1	3,7	42,6	Média da OCDE
Outros países da OCDE					Outros países da OCDE
Turquia	8,5	5,3	3,2	38,1	Turquia

Notas: Os “outros países da OCDE” estão listados separadamente uma vez que as limitações dos dados impediram a sua inclusão nas tabelas com uma visão geral de cada dimensão do bem-estar das crianças. A média da OCDE é não ponderada para os 24 países incluídos na tabela classificativa principal.

Fonte: HBSC 2005-2006 (Vide página 30).

Em ambos os casos, os dados do estudo HBCS foram transformados em índices de “alimentação saudável” (numa escala de 0 a 14) e “frequência de actividade física vigorosa” (numa escala de 0 a 11). Segundo o padrão já estabelecido, os Gráficos 4b e 4c medem a desigualdade pela diferença entre a mediana de cada país e a média de todas as crianças abaixo da mediana. O gráfico de barras mostra mais uma vez a margem de desigualdade como uma percentagem da mediana nacional.

Relativamente à “alimentação saudável”, o mais baixo nível de desigualdade encontra-se nos Países Baixos, Bélgica e Canadá e o mais alto na Islândia, Finlândia e Hungria.

Quanto à “actividade física vigorosa”, os Países Baixos apresentam, mais uma vez, a mais baixa taxa de desigualdade, seguidos

de perto pela Suíça e Noruega. Os mais altos níveis de desigualdade na base da pirâmide encontram-se em França, Itália e Espanha.

A saúde: uma visão geral

O Gráfico 4d combina, numa escala comum padronizada, as três medidas da desigualdade na base da pirâmide ao nível da saúde infantil. Tal como mostra o gráfico de barras, os Países Baixos lideram a tabela por uma margem considerável (com a mais baixa desigualdade nos três indicadores). Os EUA, Itália e Hungria revelam os mais altos níveis de desigualdade na base em termos de saúde infantil.

O Gráfico 4e desagrega este desempenho geral ao mostrar as contribuições de cada um dos três indicadores. Também permite que países como a França e a Polónia, por

exemplo, vejam que a sua posição na metade inferior da tabela se deve a altos níveis de desigualdade na “actividade física vigorosa”. A Irlanda e Finlândia, por outro lado, estariam ambas mais próximas do topo da tabela se não fossem os altos níveis de desigualdade ao nível de uma “alimentação saudável”.

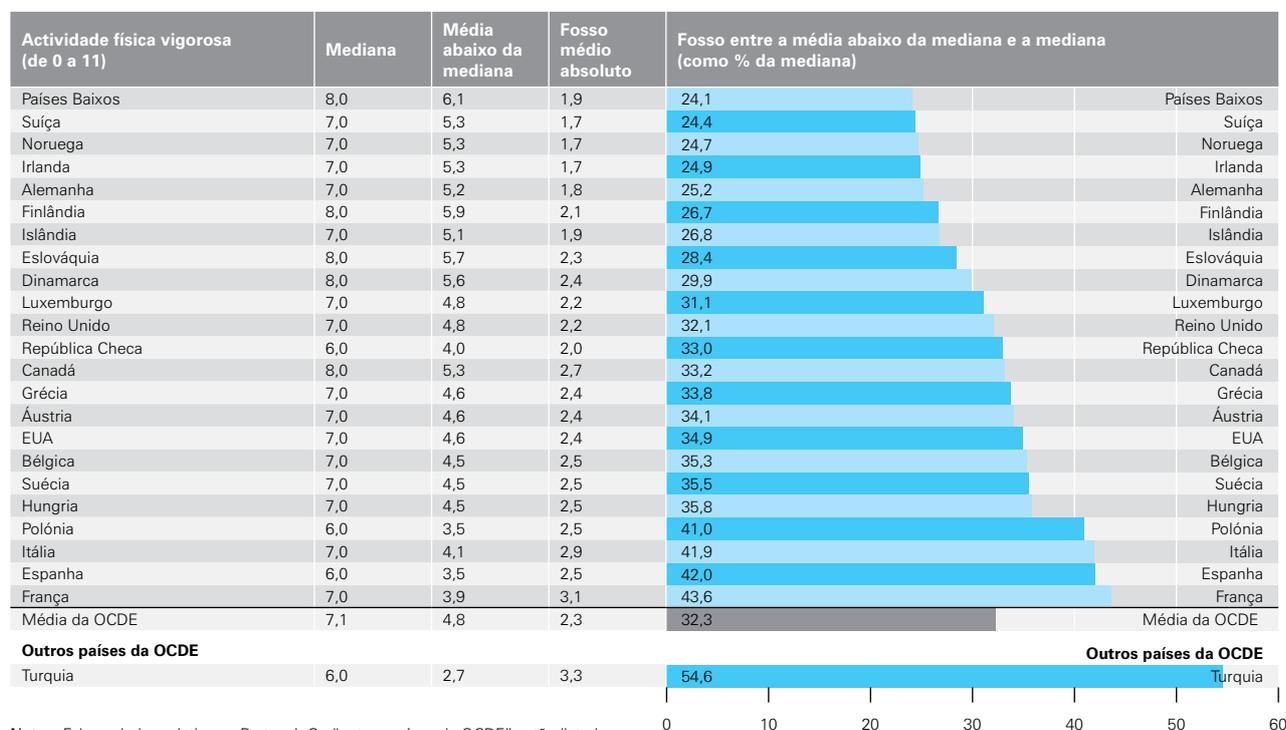
Estatísticas e crianças

Esta tentativa de comparação internacional da desigualdade nas diferentes dimensões do bem-estar das crianças é um trabalho em permanente evolução. Mas a sua clara mensagem geral é a de que as crianças estão a ficar significativamente mais para trás nalguns países do que noutros. Em particular, a Dinamarca, Finlândia, Países Baixos e Suíça lideram as tentativas de limitação do ponto a que as crianças mais carenciadas são deixadas para trás.

Gráfico 4c Desigualdade na saúde: actividade física vigorosa

No inquérito HBCS 2005-2006, estudantes de 11, 13 e 15 anos de idade foram inquiridos acerca dos seus hábitos de exercício fora do horário escolar, convertendo-se as respostas num valor correspondente à “frequência de actividade física vigorosa” numa escala de 0 (nenhuma actividade física vigorosa) a 11 (actividade física vigorosa frequente).

A desigualdade foi então medida comparando o valor mediano de cada país (coluna 2) com o valor médio dos estudantes abaixo da mediana (coluna 3). A coluna 4 mostra a diferença entre os dois valores. O gráfico de barras à direita mostra o fosso de desigualdade (expresso como uma percentagem da mediana).



Notas: Faltam dados relativos a Portugal. Os “outros países da OCDE” estão listados separadamente uma vez que as limitações dos dados impediram a sua inclusão nas tabelas com uma visão geral de cada dimensão do bem-estar das crianças. A média da OCDE é não ponderada para os 24 países incluídos na tabela classificativa principal.

Fonte: HBCS 2005-2006 (Vide página 30).

Antes de discutir algumas das implicações destas conclusões gerais, devem ser reconhecidas duas outras preocupações.

Em primeiro lugar, ao medir as diferentes dimensões do bem-estar infantil, é necessário separar factores que raramente estão separados nas vidas das crianças. A desvantagem múltipla é a norma, estando todas as dimensões intimamente

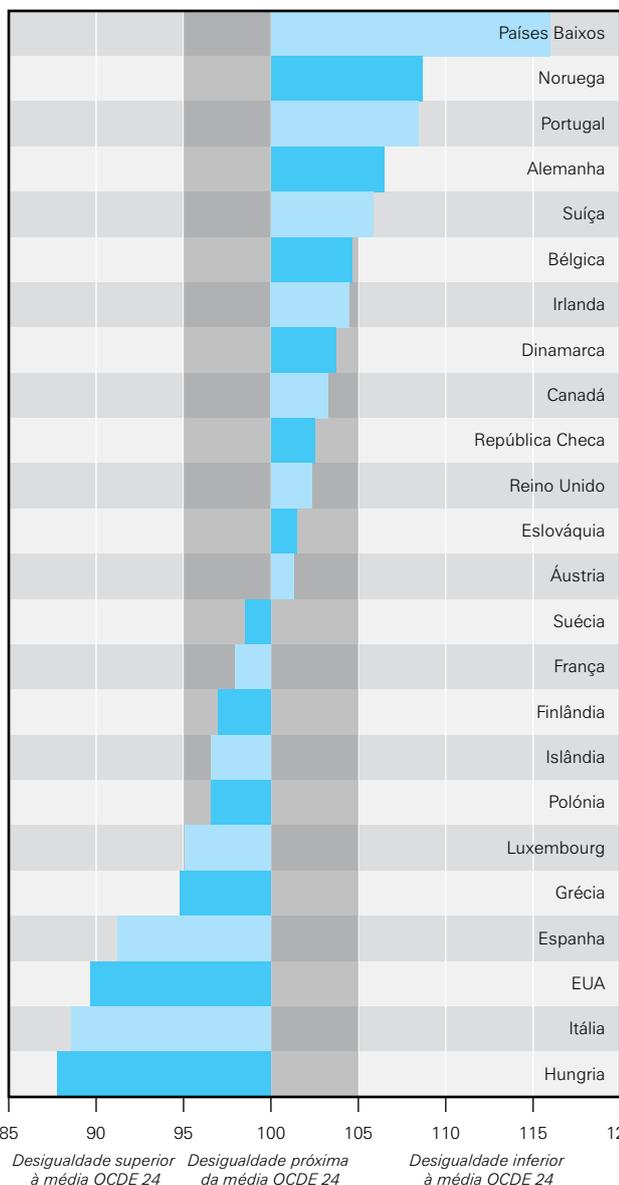
relacionadas entre si e muitas vezes reforçando-se mutuamente ao nível da vida de cada criança.

Em segundo lugar, o perigo sempre presente em todas as estatísticas é o de que, ao proporcionarem uma visão geral, possam parecer muito distantes das realidades que tentam apreender. E, ao apresentar estes dados, a UNICEF apela a que as próprias

crianças sejam, tanto quanto possível, vistas não como estatísticas mas sim como pessoas, cada uma com um nome e um rosto, com necessidades e direitos, com a sua própria personalidade e potencial, com capacidade para beneficiar das sociedades em que nasceram e contribuir para as mesmas, e com uma percepção clara das normas das sociedades nas quais vivem.

Gráfico 4d Desigualdade na saúde: visão geral

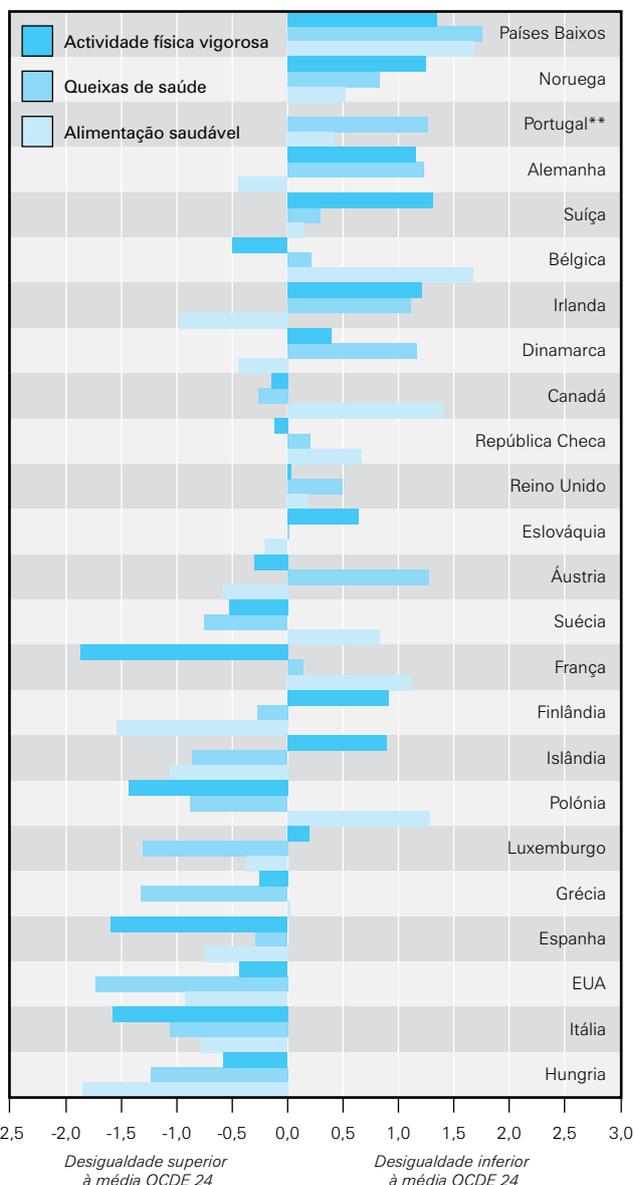
O Gráfico 4d combina as três medidas da desigualdade no bem-estar da criança ao nível da saúde (queixas de saúde do próprio, alimentação saudável e actividade física vigorosa), proporcionando uma visão geral para os 24 países da OCDE com dados disponíveis. Para cada país, os valores da desigualdade para os três indicadores do bem-estar na saúde foram padronizados e a sua média calculada, sendo depois colocados numa escala comum na qual 100 representa a média da OCDE e 10 equivale a um desvio padrão.*



* Um desvio padrão é uma medida do diferencial da distribuição em torno da sua média. Fonte: Vide Gráficos 4a, 4b e 4c. Vide também o Gráfico 4e para a medida padrão da desigualdade em cada um dos três indicadores da desigualdade no bem-estar das crianças.

Gráfico 4e Desigualdade na saúde: desagregação dos dados

O Gráfico 4e apresenta a mesma informação que o Gráfico 4d, mas mostra a contribuição de cada um dos três indicadores da desigualdade utilizados. Para cada indicador, o comprimento da barra representa a distância de cada país acima ou abaixo da média dos 24 países da OCDE (mais uma vez medida em desvios padrão acima ou abaixo da média). O que permite a cada país detectar os seus pontos fortes e fracos.



** Faltam dados relativos à actividade física vigorosa em Portugal. Fonte: Vide Gráficos 4a, 4b e 4c.

Parte 2

Tem sido defendido que as médias nacionais não constituem um guia suficiente para orientar o desempenho nacional ao nível da satisfação das necessidades das crianças. São também necessárias medidas de equidade, particularmente medidas para combater a desigualdade na base da pirâmide. (O relatório global da UNICEF sobre o *Progresso para as Crianças 2010* defende em termos semelhantes a inclusão de medidas de promoção da equidade na monitorização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio).

Em segundo lugar, tem sido defendido que o “ficar para trás” tem muitas dimensões que se reforçam mutuamente e não pode ser adequadamente representado por um indicador único. As políticas destinadas a impedir que as crianças fiquem para trás deverão, pois, ter em conta as diferentes dimensões da desvantagem em termos individuais, bem como colectivos.

Tais políticas são, em larga medida, uma questão a estudar e debater a nível nacional. Mas uma perspectiva internacional pode talvez fornecer algumas pistas sobre esta área ainda pouco estudada.

Equidade na educação

Para efeitos de redução da desigualdade nos escalões mais baixos em termos de sucesso escolar das crianças, por exemplo, é óbvio que as políticas em matéria de ingresso escolar podem fazer a diferença.

Em todos os países da OCDE onde foram realizados estudos^x, concluiu-se que o nível socioeconómico médio dos alunos de determinada escola tinha um impacto sobre

o sucesso escolar muito superior aos efeitos associados ao estatuto socioeconómico de cada aluno individualmente considerado. Esta conclusão sugere fortemente que os estudantes de meios socioeconómicos mais desfavorecidos beneficiam com a frequência de escolas onde estejam representados diversos meios sociais. Por outro lado, é muito mais provável “ficar para trás” quando os estudantes oriundos de famílias com baixo estatuto socioeconómico frequentam escolas onde o estatuto socioeconómico médio é também baixo^{xi}.

As razões para este “efeito da composição escolar” são múltiplas. As escolas com baixos perfis socioeconómicos podem estar a lutar contra expectativas mais baixas, tanto do seu pessoal como dos estudantes; a convivência e o clima disciplinar podem ser menos favoráveis à aprendizagem; as relações entre professores e alunos podem ser menos positivas; o envolvimento e apoio dos pais podem ser mais fracos; e a tarefa de atrair e manter os professores mais capazes pode ser mais difícil. Todos estes factores constituem importantes obstáculos à aprendizagem.

Em muitos países da OCDE, existe um importante número de escolas cujo perfil socioeconómico médio está abaixo do percentil 20 da distribuição socioeconómica para o conjunto da OCDE^{xii}. Nestes casos, o efeito da composição escolar funciona contra – e não a favor – daqueles que se encontram já em maior risco de insucesso escolar. O resultado provável será um aumento da desigualdade nos escalões mais baixos.

Duas abordagens óbvias podem contrariar este efeito. Em primeiro lugar, pode tentar-se melhorar o desempenho das escolas com baixo estatuto socioeconómico (por exemplo aumentando os recursos que lhes são destinados e permitindo-lhes oferecer incentivos adicionais aos professores mais competentes). Em segundo lugar, podem ser concebidas políticas de ingresso para evitar a concentração de alunos de meios carenciados nas escolas com baixo estatuto socioeconómico. Tal poderá ser alcançado, por exemplo, admitindo as crianças em função das suas capacidades, sem atender ao seu meio socioeconómico de origem. As políticas destinadas a monitorizar e equilibrar o perfil socioeconómico dos alunos que ingressam na escola podem também ser importantes. Tal como se afirma num relatório de 2006 encomendado pela UNESCO:

Os países com altos níveis de segregação socioeconómica tendem a ter um pior desempenho em geral e maiores disparidades no desempenho entre estudantes de meios socioeconómicos favorecidos e estudantes desfavorecidos...

Nos países com altos níveis de segregação socioeconómica, a adopção de políticas destinadas a reduzir tal segregação mediante reformas compensatórias iriam provavelmente contribuir consideravelmente para elevar e nivelar os níveis de aprendizagem^{xiii}.

Na prática, será necessário combinar ambas as abordagens nos países com altos índices de desigualdade na base ao nível dos resultados educativos (mostrados no Gráfico 3d, onde os países com maiores índices de desigualdade são a Bélgica França, Áustria, Itália e Alemanha).

A resistência a tais políticas é comum e frequentemente baseada, pelo menos em parte, em receios de que os resultados educativos gerais possam vir a ser negativamente afectados. Mas as comparações internacionais enunciadas nos Gráficos 3f(i) e 3f(ii) sugerem que uma redução da desigualdade nos escalões inferiores não tem de implicar qualquer diminuição dos resultados dos estudantes de alto rendimento. O atrás citado relatório da UNESCO conclui:

As escolas de sucesso tendem a ser aquelas que estimulam o desempenho dos alunos dos meios menos favorecidos. De forma semelhante, os países com mais altos níveis de desempenho tendem a ser aqueles que conseguem, não só elevar os níveis de aprendizagem, mas também nivelá-los^{xiv}.

Equidade na saúde

Uma desigualdade superior à média na saúde infantil pode também ter de ser corrigida mediante políticas específicas no sector da saúde. Dependendo do contexto, tais políticas podem incluir: a canalização dos recursos e programas de proximidade para as crianças em maior risco; a fixação de objectivos concretos de redução das disparidades em indicadores fundamentais de saúde como a obesidade, o exercício físico, uma alimentação saudável e as taxas de mortalidade infantil e de crianças até aos cinco anos de idade; e o aumento da cobertura e melhoria das políticas de prevenção destinadas a reduzir o impacto dos comportamentos de saúde que mais contribuem para a desigualdade na base em termos de resultados de saúde (como a obesidade, o abuso de drogas e álcool e o tabagismo).

Uma abordagem sectorial à redução das desigualdades na base da pirâmide, em termos de saúde das crianças, comporta também riscos evidentes.

É tentador adoptar políticas especificamente dirigidas aos grupos posicionados na base da pirâmide da distribuição com vista a levá-los a mudar certos hábitos de vida, nomeadamente promovendo o exercício físico e uma alimentação saudável ou a redução do

tabagismo ou dos níveis de obesidade. Mas, embora necessários*, tais programas não têm em conta o facto de que a desigualdade nos níveis de saúde, tal como nos resultados educativos, se deve principalmente ao estatuto económico e social^{xv}. Uma análise, efectuada em 2010, das desigualdades na saúde no Reino Unido – e do que pode ser feito a este respeito – afirma:

As desigualdades na saúde surgem devido às desigualdades no seio da sociedade: as condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem. A relação entre as características sociais e económicas específicas a uma sociedade e a distribuição da saúde entre a população é de tal forma estreita que a magnitude das desigualdades na saúde constitui um bom indicador de progresso para uma sociedade mais justa. A adopção de medidas com vista a reduzir as desigualdades na saúde não exige uma agenda separada para as questões de saúde, mas sim a adopção de medidas em toda a sociedade^{xvi}.

A relevância do gradiente social na saúde tem sido demonstrado por um fluxo constante de conclusões de estudos realizados em muitos países da OCDE nos últimos anos^{xvii}. Considerando os três indicadores da desigualdade na saúde das crianças utilizados na primeira parte do presente relatório, por exemplo, os dados concretos do estudo HBSC mostram claramente que as crianças das famílias mais abastadas fazem exercício físico mais regularmente, têm hábitos alimentares mais saudáveis e queixam-se de menos problemas de saúde^{xviii}. O estatuto socioeconómico, vale a pena lembrar, não constitui uma escolha nem uma responsabilidade da criança.

Entre outras, é particularmente impressionante a conclusão de um estudo segundo a qual, no Canadá, a exposição à pobreza na infância duplica o risco de morte até aos 55 anos de idade^{xix}. De forma semelhante, nos EUA demonstrou-se que o estatuto socioeconómico na infância constitui uma poderosa ferramenta para prever a ocorrência de doenças cardiovasculares mais tarde^{xx}. Na Europa, o relatório de 2006 intitulado *Health Inequalities: Europe in Profile* [em português, *Desigualdades de Saúde: a Europa*

em Perfil] conclui que, em termos gerais, os pobres têm vidas mais curtas e mais anos com problemas de saúde. “As desigualdades socioeconómicas na saúde”, diz o autor do relatório, Johan Mackenbach, do Centro Médico da Universidade de Roterdão, “são inaceitáveis e representam um dos maiores desafios da Europa em termos de saúde pública^{xxi}”.

Os dados apresentados – aqui como noutros locais – demonstram claramente que a relação entre o estatuto socioeconómico e a saúde não é sempre igual. Ter uma baixa condição social e económica comporta claramente um maior grau de risco nalguns países do que noutros. Na maioria dos países da OCDE, por exemplo, as crianças filhas de pais com baixos níveis de educação ou de famílias com baixa condição socioeconómica têm uma maior probabilidade de morrer nos primeiros doze meses de vida. No entanto, esta influência do ‘gradiente social’ nas taxas de mortalidade infantil varia consideravelmente de país para país.^{xxii}

Alguns países estão, pois, mais empenhados do que outros na redução das desigualdades socioeconómicas ou na atenuação do seu impacto sobre a saúde e o desenvolvimento das crianças. E sucede mais uma vez que os países com os mais elevados níveis medianos de saúde – Países Baixos, Áustria e Portugal – apresentam também os mais baixos níveis de desigualdade na saúde (Gráfico 4a). Por outro lado, os países cujas crianças apresentam os mais baixos níveis médios em termos de queixas de saúde tendem também a registar níveis acima da média de desigualdade na saúde.

A importância do rendimento

A condição socioeconómica constitui assim o enquadramento indispensável da análise política da desigualdade na base da pirâmide entre as crianças. Tal como as desigualdades na saúde reflectem, não apenas o efeito dos serviços de saúde, mas também *as condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem*, também as desigualdades no resultados educativos aos 15 anos de idade,

* Em Inglaterra, por exemplo, o tabagismo é responsável por cerca de metade da diferença na esperança média de vida entre os grupos com maiores e menores rendimentos. (Michael Marmot (presidente) 2010, *Fair Societies, Healthy Lives, Strategic Review of Health Inequalities in England post 2010*, p. 10.)

Caixa 1 Pobreza infantil: uma medida relativa

A maioria dos países da OCDE tem adoptado limiares nacionais de pobreza apurados com base numa percentagem do rendimento mediano do país. A União Europeia, por exemplo, fixa o limiar de pobreza em 60% da mediana. A OCDE utiliza 50% da mediana¹.

Em alguns países, a ideia de pobreza relativa é ainda controversa. Consideram alguns que a pobreza deve ser medida em termos absolutos e não relativos. Nos EUA, por exemplo, o limiar oficial de pobreza é calculado com base num múltiplo do rendimento necessário para garantir uma dieta adequada.

Mas pode dizer-se que todas as definições de pobreza – para além do mínimo exigido para a mera sobrevivência física – são, na verdade, definições relativas. A pobreza absoluta num passado não muito distante, por exemplo, significava que a vida era “má, brutal e curta”. Actualmente, a pobreza absoluta nos EUA significa não ser capaz de atingir um nível de vida – incluindo níveis de nutrição, abastecimento de água, saneamento, cuidados de saúde e transportes – muito superior ao nível de vida gozado pela maior parte da população mundial durante quase toda a sua história.

Neste sentido, mesmo as definições absolutas de pobreza são, na realidade, definições relativas que acabarão por ter de ser actualizadas para reflectir as mudanças de paradigma quanto ao que é aceitável para o conjunto da sociedade. A questão é então a de saber se a definição deve ser actualizada com pouca frequência e de forma *ad hoc* ou regular e sistematicamente – por exemplo, em ligação com o rendimento mediano nacional.

Nos últimos anos, tornou-se comum a definição de pobreza de rendimento em termos relativos, especialmente na União Europeia. No Reino Unido, por exemplo, a revista *The Economist* observa que “*Há uma década atrás, a perspectiva de que os Conservadores viessem a aceitar a ideia de pobreza relativa – em vez de uma medida absoluta da necessidade, como um cabaz de compras que todos os agregados familiares devem ser capazes de adquirir – seria uma quimera. Hoje, é a realidade*”².

O que não quer dizer que a ideia seja nova. Há mais de 200 anos, o fundador da economia moderna defendeu que a pobreza era um conceito relativo:

Por necessidades eu entendo, não apenas os bens que são indispensáveis ao sustento da vida, mas aqueles que o costume do país considera indecente que as pessoas honradas, mesmo as de mais baixa condição, não possuam. Uma camisa de linho, por exemplo, não é, em termos restritos, uma necessidade da vida... Mas nos tempos de hoje, em grande parte da Europa, um jornalista honrado teria vergonha de aparecer em público sem uma camisa de linho... Da mesma forma, o costume tornou os sapatos de couro numa necessidade da vida em Inglaterra. Uma pessoa honrada de qualquer dos sexos, por mais pobre que seja, terá vergonha de aparecer em público sem eles... Entendo assim por necessidades, não só as coisas que a natureza, mas também as coisas que as normas de decência estabelecidas, tornaram necessárias às pessoas de mais baixa condição.

Adam Smith, “*Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*”, Livro 5, Capítulo 2, 1776

1 Ao discutir as taxas de pobreza infantil, a Parte 2 do presente relatório segue o método recomendado pela OCDE, fixando o limiar de pobreza em 50% do rendimento mediano dos agregados familiares a nível nacional. Entende-se por rendimento do agregado familiar o “rendimento disponível do agregado familiar”, isto é, após os impostos e as prestações públicas. Aplica-se depois uma ponderação que tenha em conta as economias de escala para as diferentes dimensões dos agregados (utilizando a raiz quadrada do número de membros do agregado familiar). O limiar de pobreza é assim definido como “metade do rendimento mediano nacional disponível, após ponderação”; a taxa de pobreza infantil é então calculada na mesma base, mas tendo unicamente em conta os agregados familiares com crianças entre os 0 e os 17 anos de idade.

2 “*Still with us*” [em português: “Ainda connosco”], *The Economist*, 1 de Julho de 2010.

por exemplo, revelam não só aquilo que acontece nas escolas, mas também os recursos educativos, os estímulos e o encorajamento que rodeia a criança desde as primeiras semanas e meses de vida.

É, pois, provável que as políticas destinadas a combater desigualdades concretas na saúde e educação venham a ter um impacto limitado se pretenderem agir unicamente sobre os sectores da saúde e da educação. O facto mais relevante acerca das crianças que ficam consideravelmente para trás em relação a outras crianças, é o de que elas são, na sua grande maioria, oriundas de famílias dos meios socioeconómicos mais desfavorecidos.

As medidas que visem impedir que as crianças fiquem para trás nas diferentes

dimensões do bem-estar acabarão, assim, por ter de enfrentar a questão do gradiente socioeconómico.

Pobreza de rendimento

A condição socioeconómica não tem unicamente a ver com o rendimento. As poupanças da família no passado e as perspectivas futuras, a casa e o bairro onde se vive, os níveis de educação e expectativas parentais, e o estatuto em relação à principal ou mais bem estabelecida comunidade étnica ou linguística, são factores que entram na equação socioeconómica. No entanto, de todas as medidas disponíveis, o mais importante indicador singular e factor de previsão da condição socioeconómica de uma família continua a ser o nível de rendimento do agregado familiar. A redução da desigualdade na base ao nível do rendimento

não resolverá os outros problemas, mas facilitará a sua solução. É mais viável subir na escala socioeconómica se os degraus estiverem mais perto uns dos outros.

Analisando muitos estudos que demonstram uma associação forte e constante entre a pobreza relativa de rendimento e o “ficar para trás”, Susan Mayer afirma claramente:

O rendimento dos pais está positivamente correlacionado com praticamente todas as dimensões do bem-estar infantil, medidas pelos cientistas sociais. O que é verdade em todos os países para os quais dispomos de dados. As crianças filhas de pais ricos são mais saudáveis, mais felizes e recebem melhor educação na infância, tendo também mais meios quando crescidas do que as crianças filhas de famílias pobres^{xxiii}.

Caixa 2 A primeira prioridade: crianças e recessão

O lapso de tempo entre a recolha de dados por amostragem em diferentes países e a publicação de tais dados sob uma forma internacionalmente comparável é de aproximadamente três anos. Assim, a maioria dos dados constantes do presente relatório diz assim respeito aos anos de 2006 a 2008.

Normalmente, tal atraso é apenas frustrante. Dados de natureza socioeconómica como os aqui utilizados tendem a reflectir tendências de longo prazo e não alterações de anuais.

Mas o mundo mudou muito desde 2008. A recessão económica afectou milhões de pessoas nos países da OCDE. A resposta dos governos, seja através de cortes na despesa seja através de aumentos de impostos, está a afectar muitos milhões mais. No conjunto da União Europeia, por exemplo, prevê-se que o desemprego ultrapasse os 10% no momento em que este relatório for publicado. Isto significa que cerca de mais cinco milhões de pessoas estarão desempregadas relativamente ao início da crise. Uma vez que o desemprego é a principal causa da pobreza, é provável que o bem-estar material das crianças se tenha deteriorado em alguns países desde 2008.

Na União Europeia, o desemprego dos jovens, em particular, aumentou de um nível inferior a 15% antes da crise para mais de 20% na actualidade¹. Muitos agregados familiares viram os seus rendimentos diminuir e estão a enfrentar dificuldades para pagar as suas dívidas. Nos EUA, cerca de metade do número total de trabalhadores viu reduzido o seu salário ou tempo de trabalho, ou esteve pelo menos temporariamente desempregado nos dois anos que se seguiram ao início da crise².

Os trabalhadores migrantes e os trabalhadores com contratos a curto prazo estão particularmente vulneráveis.

É possível que o pior ainda esteja para vir. De acordo com um relatório do Comité de Protecção Social da União Europeia, “[o] pleno impacto da crise nos mercados de trabalho e nas finanças públicas está ainda por enfrentar”³.

Por outras palavras, o retrato da desigualdade no bem-estar das crianças apresentado nestas páginas foi tirado em bons tempos.

Não estão ainda disponíveis dados estatísticos gerais para determinar o impacto da recessão nas crianças das famílias mais pobres. Mas uma imagem parcial pode ser oferecida pelas alterações na procura das organizações de solidariedade social e programas públicos especiais de assistência. A *Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho*, por exemplo, está a reportar um aumento do número de pessoas que procuram ajuda para a satisfação das “necessidades básicas da vida – incluindo algumas que normalmente nunca pensariam recorrer à ajuda de um organismo de beneficência”⁴. Nos EUA, o número de pessoas beneficiárias do programa SNAP (Programa de Assistência Alimentar Suplementar) aumentou em quase um quarto desde o início da crise (de 29.5 milhões para 36.5 milhões de pessoas por mês até Agosto de 2009). Cerca de metade de todos os beneficiários do programa SNAP são crianças⁵. É também preocupante que o relatório *Eurochild* esteja a começar a mostrar aumentos na procura de serviços de protecção à infância em diversos países europeus⁶.

A pobreza relativa de rendimento ocupa, assim, uma posição de *primeiro entre iguais* no conjunto dos indicadores do “ficar para trás”. Mas a monitorização da pobreza de rendimento de uma forma capaz de exercer tal influência sobre as trajectórias de vida das crianças não é simplesmente uma questão de calcular a percentagem de crianças de um país que cresce em agregados familiares cujo rendimento fica aquém de determinado limiar. A profundidade, duração e momento dessa pobreza, em relação às diferentes etapas do desenvolvimento da criança, podem também assumir um papel fundamental. Uma análise da pesquisa sobre este assunto, efectuada no Canadá em 2007, especifica:

Estudos que medem os rendimentos familiares ao longo de períodos prolongados de tempo e incluem

variações no rendimento e a profundidade da desigualdade de rendimento nos seus modelos e análises mostraram que o rendimento se destaca como a variável mais fortemente associada aos resultados de desenvolvimento da criança, particularmente o desenvolvimento cognitivo e as metas comportamentais será educativas...

... quanto mais nova for a criança, maior será o efeito das variações do rendimento familiar sobre o seu desenvolvimento^{xxiv}.

Para dar mais um exemplo, na década de 1990 assistiu-se a um crescimento económico sustentado nos EUA que conduziu a uma redução significativa no número de crianças americanas a viver abaixo do limiar de pobreza. A taxa nacional de pobreza infantil detectou este sucesso. Mas não detectou que as crianças

que permaneceram abaixo do limiar de pobreza ficaram ainda mais para trás^{xxv}. É, pois, essencial perguntar, não apenas “quantas?”, mas também “até que ponto?”.

Como mitigar os efeitos do mercado

A adopção de medidas a nível nacional para impedir que as famílias caiam em situação de pobreza tem um longo historial nos países da OCDE. Todos os governos, seja qual for a sua cor política, utilizam uma ampla variedade de políticas fiscais e sociais – incluindo prestações de apoio à infância, subsídio de desemprego, deduções fiscais e serviços de âmbito nacional e local – para tentar impedir que a pobreza desça abaixo de determinado nível.

No seu trabalho com crianças nos países em desenvolvimento, a UNICEF tem uma longa experiência daquilo que acontece aos mais vulneráveis quando as economias se aprofundam. Ao longo da segunda metade da década de 1980 e no início da década de 1990, por exemplo, muitas das nações mais pobres do mundo entraram num período de ajustamento económico que incluiu cortes na despesa pública em serviços básicos e nos subsídios de que os pobres mais dependiam.

Ao longo deste período, a UNICEF apelou a que fosse prestada atenção especial para impedir que o fardo mais pesado viesse a recair sobre aqueles que menos condições tinham para o suportar.

A mesma posição tem agora de ser tomada em algumas das economias mais ricas do mundo.

Nos tempos difíceis, as crianças mais pobres devem ser as primeiras a ser protegidas e não as últimas em quem se pensa. Cada criança tem apenas uma hipótese para desenvolver normalmente o corpo e o espírito. E constitui uma responsabilidade primordial dos governos proteger essa hipótese – nos tempos bons e nos tempos maus.

Na prática, isto significa que a protecção das crianças durante os cruciais primeiros anos do seu crescimento deve ser a “primeira prioridade” de uma sociedade ao decidir sobre a afectação dos recursos de que dispõe.

A crise económica de 2008 e as suas contínuas repercussões colocarão à prova o empenho dos governos em prosseguir esta “primeira prioridade”. Tal como escreveram Janet Gornick e Markus

Jäntti, “[a] actual recessão, que está a afectar todos os países industrializados – e as diversas respostas dos governos à mesma – lançarão luz sobre a forma como a interacção entre as características do mercado de trabalho e as políticas públicas protege ou não as crianças contra os choques no sistema de mercado⁷”.

1 Conselho da União Europeia (2009), “Segunda avaliação do Comité de Protecção Social e da Comissão Europeia sobre o impacto social da crise económica e sobre as respostas políticas”, Conselho da União Europeia, Bruxelas, 24 de Novembro de 2009.

2 *The Economist*, 4 de Julho de 2010.

3 Conselho da União Europeia (2010), “Projecto de relatório conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social 2010”, Conselho da União Europeia, Bruxelas, 15 de Fevereiro de 2010.

4 Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (2009), *The Economic Crisis and its Humanitarian Impact on Europe*, Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, Genebra.

5 Isaacs, J. B. (2009), “The Effects of the Recession on Child Poverty: Poverty statistics for 2008 and growth in need for 2009”, *First Focus*, Brookings Institution, Washington D. C.

6 Eurochild (2009), “Impact of Economic and Financial Crisis on Children and Young People”, Relatório Eurochild, actualização de 9 de Outubro de 2009.

7 Gornick, J. C. e M. Jäntti (2010) “Child Poverty in Upper-Income Countries: Lessons from the Luxembourg Income Study” in S. Kamerman, S. Phipps e A. Ben-Arieh (eds.), *For Child Welfare to Child Well-Being: An international perspective on knowledge in the service of policy making*, Springer, Nova Iorque.

O Gráfico 5a apresenta uma visão geral comparativa do grau em que tais medidas estão a ser bem sucedidas.

O gráfico compara as taxas de pobreza infantil de 21 países da OCDE antes e depois da dedução de impostos e do pagamento das prestações de assistência social. As barras de cor mais clara mostram as taxas de pobreza infantil relativa que teoricamente se registariam se os rendimentos dos agregados familiares fossem determinados unicamente pelas forças de mercado. As barras mais escuras mostram as taxas de pobreza infantil que efectivamente se registam após a

intervenção dos governos. Para cada um dos países da OCDE, a diferença entre as duas barras indica-nos, em termos gerais, o empenho do governo e a eficácia da sua acção na redução da percentagem de crianças que crescem abaixo do limiar nacional de pobreza.

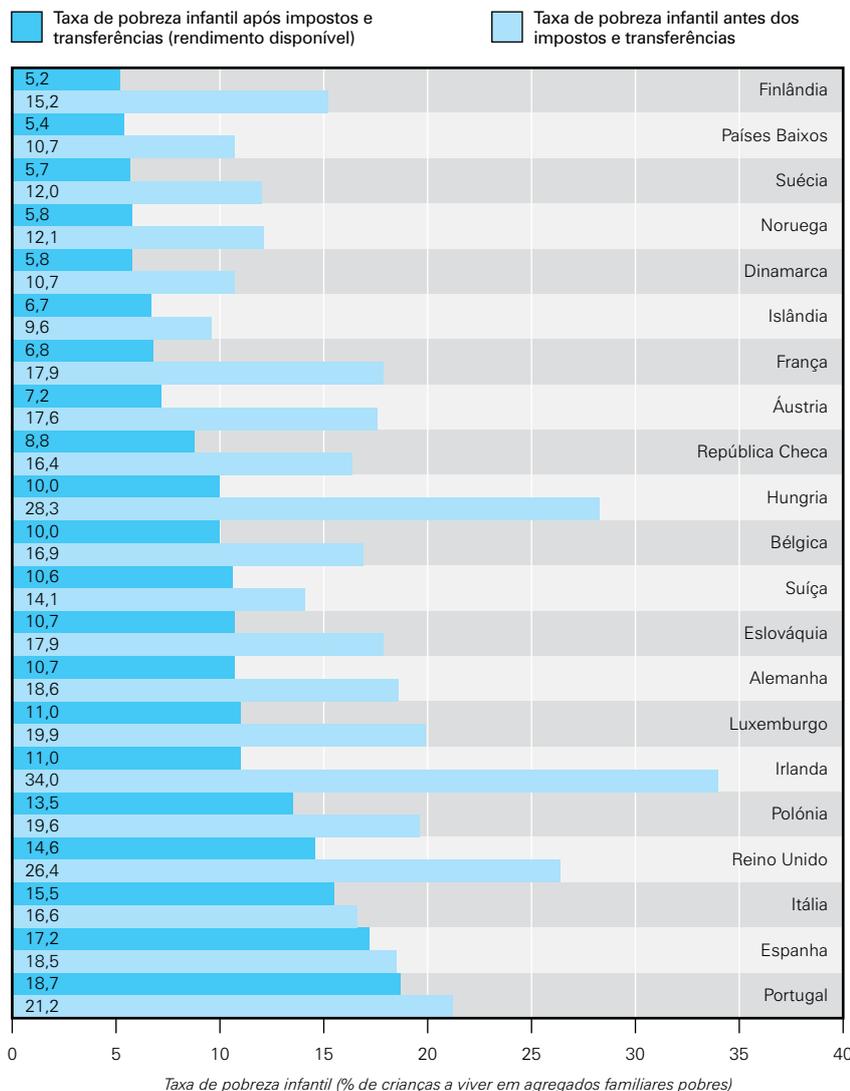
Dois aspectos sobressaem. Em primeiro lugar, o gráfico mostra que, sem a intervenção do governo, os 21 países da OCDE teriam taxas de pobreza infantil de 10% ou mais (a Islândia, com uma taxa de 9,6%, seria a única excepção). A maioria teria taxas de pobreza infantil situadas entre os 10% e os 15%, sendo que três países –

Hungria, Irlanda e Reino Unido – teriam taxas superiores a 25%. Não estão disponíveis dados comparáveis para os EUA.

Em segundo lugar, o gráfico demonstra que, embora os esforços de todos os governos os levem a conseguir reduzir consideravelmente a pobreza infantil, alguns estão a conseguir obter muito melhores resultados do que outros. A acção dos governos nos países nórdicos e na Holanda, por exemplo, reduz a pobreza infantil em cerca de metade ou mais. Diversos países com níveis muito elevados de pobreza infantil “pré-intervenção [dos governos]”, como a Irlanda e a Hungria, reduzem em aproximadamente dois terços as taxas de pobreza infantil.

Gráfico 5a Mercados, governos e taxas de pobreza infantil

O Gráfico 5a compara as taxas de pobreza infantil de 21 países da OCDE antes e depois dos impostos e prestações sociais. As barras mais claras mostram as taxas nacionais de pobreza infantil que existiriam se os rendimentos dos agregados familiares fossem determinados unicamente pelas forças de mercado. As barras mais escuras mostram as taxas de pobreza infantil que efectivamente se registam após a intervenção dos governos por via dos impostos e prestações sociais.



Nota: Para a metodologia utilizada para o cálculo das taxas de pobreza, vide a Caixa 1.

Fontes: Os dados relativos ao rendimento provêm do estudo UE-SILC 2008 e são referentes a 2007. Os dados sobre a França provêm do estudo UE-SILC 2007 e são referentes a 2006. Os dados relativos à Suíça provêm do Painel Suíço dos Agregados Familiares e são referentes a 2006.

O Gráfico 5a é teórico, na medida em que não reflecte as mudanças nos padrões de trabalho e rendimento que provavelmente ocorreriam se não existissem prestações públicas. Também não reflecte as intervenções públicas destinadas a afectar os rendimentos do trabalho – como o salário mínimo e a legislação em matéria de igualdade de remuneração ou os apoios à criação de emprego e programas de formação.

Contudo, o gráfico revela uma importante verdade sobre as causas da pobreza infantil e suas possíveis soluções: as diferenças nas taxas de pobreza infantil entre os países desenvolvidos resultam, não só das diferenças nos benefícios públicos e políticas de protecção social, mas de diferenças muito significativas na distribuição dos rendimentos auferidos.

Este facto indica claramente que as políticas destinadas a limitar a pobreza sob todas as suas formas têm também de considerar as mudanças ocorridas na sociedade em geral que tendem a agravar a desigualdade económica na grande maioria dos países da OCDE^{xxvi}.

Forças de mudança

Em resumo, o aumento da desigualdade nas últimas décadas tem sido provocado por três forças principais. A primeira é a alteração social e demográfica de longo prazo (por exemplo, o envelhecimento populacional e o aumento do número de famílias monoparentais). A segunda é a mudança na distribuição de rendimentos e oportunidades de emprego provocada pela inovação tecnológica, pela globalização dos mercados, pela deslocalização das indústrias

para países com crescente nível de habilitações e menores custos de mão-de-obra, e pelo aumento dos prémios às competências e qualificações de topo (assim fazendo subir os rendimentos dos escalões mais elevados). A terceira força é a variedade de políticas e despesas públicas, incluindo pacotes de apoio à infância especificamente concebidos para proteger as crianças em risco de desvantagem.

Estas são as placas tectónicas subjacentes à paisagem do bem-estar infantil, sendo a complexa interacção entre elas que determina, em última instância, quantas crianças ficam para trás e até que ponto.

Neste contexto, torna-se claro que o lento mas constante aumento da desigualdade, na base da pirâmide e na maioria dos países da OCDE ao longo das últimas três décadas, não resultou do facto de os governos fazerem menos ou gastarem menos. Actualmente, a maioria dos governos gasta uma maior percentagem do PIB em prestações familiares e protecção social do que há duas décadas atrás (até cerca de um terço mais, em média, nos 21 países da OCDE para os quais existem dados comparáveis)^{xxvii}. O que sugere que as taxas de pobreza infantil aumentaram, ou não diminuíram, porque os crescentes esforços dos governos têm estado a remar contra as poderosas correntes da economia global.*

Na maioria dos casos, esses esforços não tiveram o âmbito e a escala suficientes para impedir o crescimento das taxas de pobreza infantil. Mesmo em períodos de crescimento económico sustentado, como na década de 1990, os benefícios tenderam a favorecer os que eram já mais favorecidos, deixando ainda mais para trás os que logo à partida se encontram nos escalões socioeconómicos mais desfavorecidos. O relatório de 2008 intitulado *Growing Up in North America* [em português, “Crescendo na América do Norte”], por exemplo, relata uma história que tem vindo a repetir-se, em maior ou menor grau, em muitas das economias mais desenvolvidas do mundo.

A desigualdade de rendimento de mercado e de rendimento disponível tem aumentado no Canadá, México e EUA desde a década de

* Mesmo nos países da OCDE em que a despesa social estagnou, a diminuição da população infantil significa que a despesa por criança pode ter continuado a aumentar.

** Média não ponderada para os 21 países da OCDE com dados comparáveis.

1980. Em particular, os mercados têm beneficiado desproporcionadamente as famílias com maiores rendimentos, embora as famílias de todos os níveis de rendimento estejam a trabalhar cada vez mais e durante mais tempo. A escala da intervenção do governo por via das prestações sociais não foi suficiente para anular o fosso crescente nos níveis de poder de compra^{xxviii}.

Não só prestações sociais

Assim, é provável que as políticas públicas destinadas a reduzir a desigualdade na base da pirâmide não sejam bem sucedidas se se limitarem unicamente a despesas de protecção social. “A única forma sustentável de reduzir a desigualdade”, diz o relatório da OCDE *Growing Unequal* [em português, “Crescendo Desigual”] (2008), “é pôr fim ao subjacente crescimento dos salários e rendimentos de capital. Em particular, importa garantir que as pessoas sejam capazes de conservar um emprego e de receber salários que lhes permitam, assim como às suas famílias, escapar à pobreza^{xxix}”.

Em particular, a redução da desigualdade na base da pirâmide em todas as suas dimensões dependerá da resolução de um dos aspectos mais perturbadores da vida económica contemporânea, que se alterou, isto é o facto de um emprego a tempo inteiro já não garantir uma vida acima do limiar de pobreza.

Em muitos países, esta preocupação está a direccionar as atenções para a questão do rendimento mínimo. Na Austrália, por

exemplo, um relatório independente apresentado à Comissão para uma Remuneração Justa sugere que “o aumento do salário mínimo é um método para aumentar o rendimento das famílias e reduzir a pobreza infantil^{xxx}”. De forma semelhante, um estudo realizado em 2007 no Japão sugere também que “para melhorar o bem-estar económico dos agregados familiares com crianças pequenas, a primeira medida será a garantia de um salário mínimo que proporcione um nível de vida razoável^{xxxi}”. No Reino Unido, o relatório de 2010 do *National Equity Panel* [em português, “Painel Nacional para a Equidade”] considera que “o salário mínimo constitui uma poderosa ferramenta para reduzir a desigualdade no mercado de trabalho^{xxxii}”. De forma ainda mais eloquente, um relatório do Conselho Nacional de Pesquisa dos EUA [US *National Research Council*], sobre a *Integração da Ciência do Desenvolvimento na Primeira Infância* faz a seguinte recomendação:

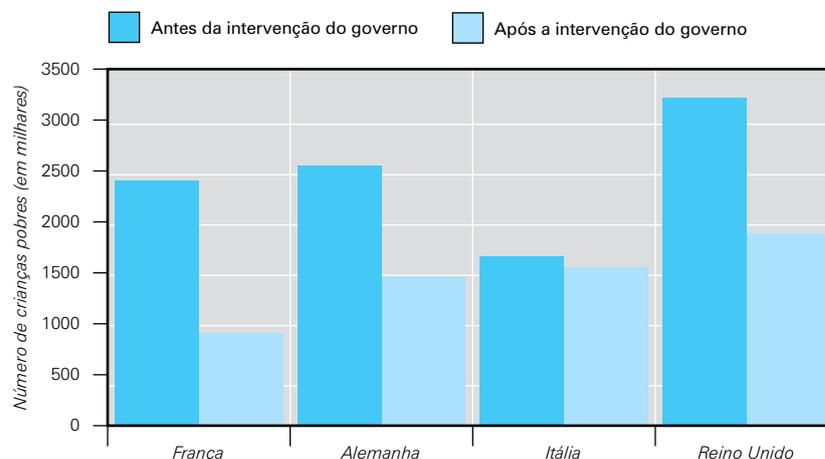
O Congresso deve avaliar as políticas fiscais, salariais e de apoio social do país no que respeita à sua adequação para garantir que nenhuma criança apoiada pelo equivalente a um adulto trabalhador a tempo inteiro viva em situação de pobreza...^{xxxiii}

Protecção social

A secção anterior chamou a atenção para uma verdade óbvia que é fácil esquecer: o facto de uma criança ficar ou não desnecessariamente para trás depende, em primeira instância, da circunstância de a mesma pertencer ou não a uma família

Gráfico 5b Pobreza infantil e despesa pública nas famílias

O gráfico mostra o número absoluto de crianças a viver abaixo dos limiares nacionais de pobreza antes e depois da intervenção dos governos por via dos impostos e prestações sociais (vide nota).



Fontes: Os dados sobre pobreza de rendimento foram extraídos do estudo UE-SILC 2008 (referente a 2007) para a Alemanha, Itália e Reino Unido, assim como do estudo UE-SILC 2007 (referente a 2006); os dados sobre a população infantil foram obtidos na Divisão das Nações Unidas para a População.

Caixa 3 A sociedade justa: uma medida

As estatísticas apresentadas neste *Report Card* podem também ser lidas como uma primeira tentativa de medir os países pelos padrões de uma “*sociedade justa*” tal como definida pelo filósofo político americano John Rawls (1921-2002).

Rawls definiu como justa uma sociedade onde as regras fossem estabelecidas em benefício do conjunto da sociedade. Para a alcançar, defendeu, o ponto de partida devia ser “*a posição original*”. Queria com isto dizer uma espécie de antecâmara celestial onde todas as pessoas à espera de nascer definissem as regras sem saber que posição na sociedade viriam elas próprias a ocupar. Por detrás deste “*véu de ignorância*”, os fazedores das regras não saberiam se viriam a nascer ricos ou pobres, homens ou mulheres, com talentos acima ou abaixo da média, robustos ou deficientes, parte de uma minoria étnica ou parte de uma elite privilegiada.

Uma vez que desconheceríamos a nossa própria condição, considerou, não poderíamos exercer pressão para que as regras nos beneficiassem em exclusivo. As regras assim definidas reflectiriam pois uma igual preocupação com todas as classes e grupos.

O “*véu de ignorância*” está assim concebido para refrear o poder dos interesses ocultos. E “*a posição original*” é exactamente o contrário do modelo de interesses de grupo que tanto influencia a política contemporânea. Na essência, é semelhante ao método de divisão justa de um bolo entre duas pessoas convidando uma delas a cortar o bolo e a outra a escolher primeiro.

Rawls foi criticado por muitas das centenas de pessoas que escreveram livros em resposta às suas ideias. Os libertários contrapõem que direitos humanos básicos como os direitos de propriedade e de autodeterminação não deixam espaço para o conceito de “*sociedade justa*” defendido por Rawls. Ronald Dworkin defendeu que hipotéticos acordos sobre regras definidas a partir de uma “*posição original*” não são verdadeiros acordos e não poderiam por isso alcançar a

necessária aceitação e autoridade. Amartya Sen encontra a mesma fragilidade, acrescentando que seria pouco provável que se alcançasse a unanimidade mesmo a partir da “*posição original*” e que essa falta de unanimidade faria cair por terra a tese de Rawls. Combinando algumas destas críticas, Michael Sandel contestou dizendo que as decisões sobre normas reguladoras de comunidades com as suas próprias tradições e histórias não podem ser tomadas raciocinando a partir de uma posição desenraizada e historicamente abstracta.

Mas a ideia de que as regras da sociedade devem reflectir os interesses de todos, e não só dos respectivos membros dominantes, é amplamente aceite na teoria, mesmo que os métodos pelos quais tal ideal pode ser alcançado continuem a ser controversos.

Se partirmos do princípio de que o fim, se não os meios, é em certa medida consensual, então uma forma de medir o progresso no sentido do objectivo de uma sociedade justa será a medição do grau de desvantagem sofrido pelos seus membros menos favorecidos. É o que o presente *Report Card* tenta fazer.

Seriam claramente necessários dados mais completos para medir os graus de desvantagem “ao centro”, especialmente se, como sugere Amartya Sen, a desvantagem for definida como a situação dos que “*são menos capazes de realizar o seu potencial e de desenvolver e exercer as suas capacidades*”.

Ainda assim, os dados apresentados nestas páginas representam uma contribuição para esse processo. Nas três diferentes dimensões do bem-estar – bens materiais, nível educativo e saúde – eles mostram até que ponto os menos afortunados estão a ficar aquém do nível mediano. E o facto de os diferentes países apresentarem padrões muito distintos indica que alguns países estão a fazer mais progressos do que outros no sentido de uma “*sociedade justa*”.

funcional com um trabalho que proporcione um rendimento adequado.

Ao situar os esforços do governo neste contexto mais alargado, não se está a querer dizer que esses esforços não são fundamentais para determinar quantas crianças ficam para

trás e até que ponto. “Se os governos parassem de tentar atenuar as desigualdades gastando menos em proteção social ou tomando os impostos e benefícios menos orientados para os pobres”, diz o relatório de 2008 da OCDE atrás citado, “então o crescimento da desigualdade seria muito mais rápido”^{xxxiv}.

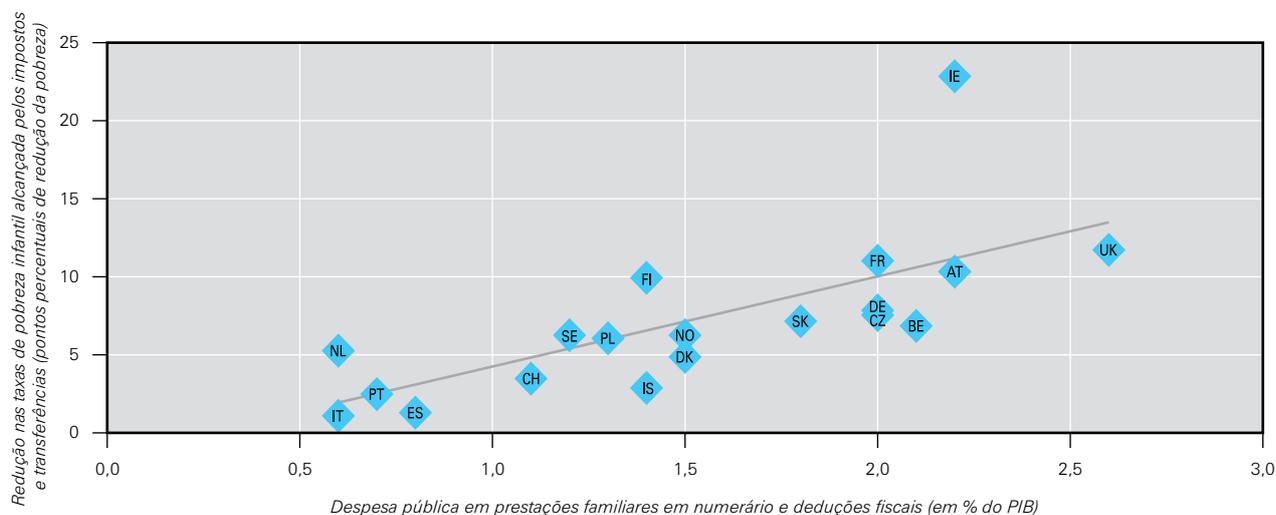
Foi já traçada uma visão geral do impacto dos esforços dos poderes públicos (Gráfico 5a). No conjunto da OCDE, esses esforços têm como consequência a redução das taxas de pobreza infantil em mais de 40% (média não ponderada).**

Gráfico 6a Redução das taxas de pobreza infantil por via da despesa pública com as famílias em prestações pecuniárias e deduções fiscais

O gráfico compara a redução em pontos percentuais nas taxas de pobreza infantil alcançada por cada país com o valor da despesa pública em benefícios familiares pecuniários e deduções fiscais dirigidas às famílias (em % do PIB).

A redução em pontos percentuais nas taxas de pobreza infantil é calculada subtraindo a taxa real (após todos os impostos e transferências) à taxa de partida ou “de mercado” que teoricamente prevaleceria na ausência de despesa pública com as famílias.

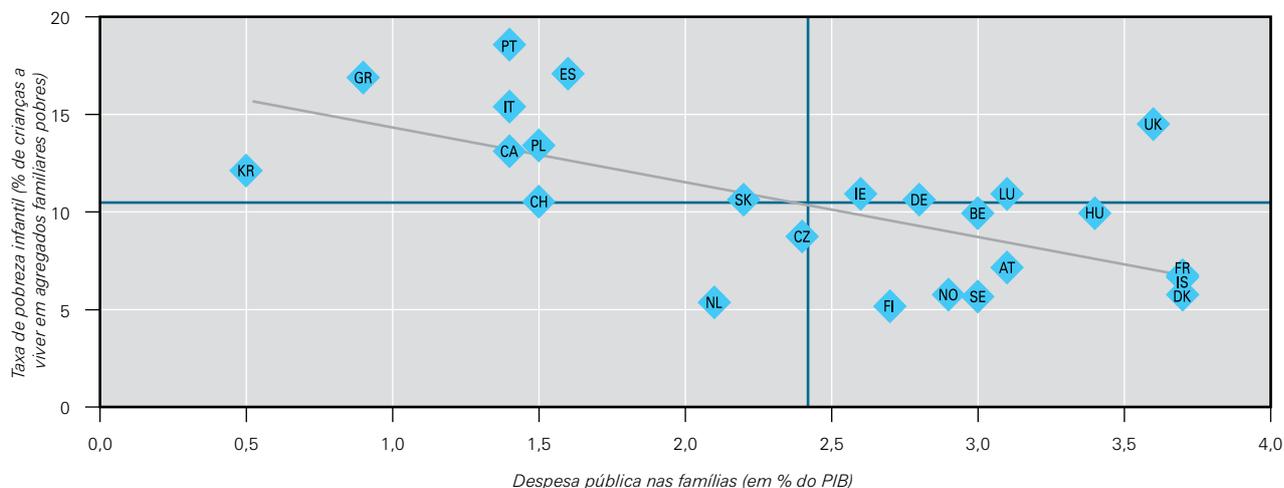
Esta medição da redução da pobreza favorece claramente os países com uma alta taxa de pobreza infantil de partida ou de mercado. O gráfico deve assim ser lido em conjunto com o Gráfico 6b, que compara a despesa pública nas famílias com o nível geral de pobreza infantil. Isto demonstra que alcançar uma baixa taxa de pobreza infantil de cerca de 5% depende de uma baixa taxa de pobreza infantil “de mercado”, juntamente com um alto nível de esforço e despesa pública com vista a reduzir ainda mais tal taxa.



Notas: Os dados relativos à despesa pública incluem unicamente a despesa em benefícios familiares e deduções fiscais. Ao contrário dos dados apresentados no Gráfico 6b, não incluem a despesa em serviços familiares. Linha de tendência obtida por regressão linear. Para as abreviaturas dos países, vide página 33
Fonte: Os dados relativos à despesa pública são de 2007 (dados preliminares da Base de Dados sobre as Famílias, da OCDE). Para os dados relativos à pobreza, vide as fontes do Gráfico 2a.

Gráfico 6b Taxas de pobreza infantil e despesa pública nas famílias

O gráfico compara a taxa de pobreza infantil de cada país com a percentagem do PIB gasta pelos governos em prestações familiares, deduções fiscais e serviços familiares (vide nota).



Notas: Os dados sobre a despesa pública incluem apenas o apoio público exclusivamente dirigido às famílias (por exemplo, abono de família e prestações familiares, subsídios de maternidade e paternidade e apoio à infância). A despesa noutras áreas de política social como a saúde e a habitação também apoia as famílias, mas não exclusivamente, não sendo por isso aqui incluída. As linhas azuis verticais e horizontais indicam a média não ponderada da OCDE (24 países). Linha de tendência obtida por regressão linear. Para as abreviaturas dos países, vide página 33

Fontes: Os dados da despesa pública são relativos a 2007 (dados preliminares da Base de Dados da OCDE sobre as Famílias). Para dados relativos à pobreza, vide as fontes do Gráfico 2a.

O Gráfico 5b mostra o impacto em termos absolutos para quatro dos países mais populosos da União Europeia. Mais de um milhão de crianças estão a ser posicionadas acima do limiar nacional de pobreza na França, Alemanha e Reino Unido, ao passo que o impacto em Itália é muito mais reduzido. Em termos percentuais, a França reduz a pobreza infantil em mais de 60%, a Alemanha e o Reino Unido em mais de 40% e a Itália em menos de 7%.

Apresentando novos indícios da importância das políticas e despesas públicas, o Gráfico 6a compara o nível de despesa pública em benefícios familiares (em numerário e deduções fiscais) com a redução registada nas taxas de pobreza infantil (em pontos percentuais) da taxa de pobreza infantil inicial ou “de mercado” (vide Gráfico 5a). Tal como a linha de tendência demonstra, existe uma importante correlação entre as duas.

Esta comparação favorece obviamente os países com uma alta taxa de pobreza infantil inicial ou “de mercado”.

O Gráfico 6a deve ser lido em conjunto com o Gráfico 6b, que compara a despesa pública global na protecção das famílias (incluindo prestações em numerário, deduções fiscais e despesas em serviços destinados às famílias) com as taxas globais de pobreza infantil.

Em resumo, a mensagem é a de que os países da OCDE que estão a conseguir atingir as mais baixas taxas de pobreza infantil, de cerca de 5% a 6%, são os países que começam numa posição de reduzida pobreza “de mercado” e depois diminuem esta taxa em aproximadamente 50%, mediante uma intervenção do governo, com vista a proteger aqueles que continuam em risco.

As forças económicas nacionais e internacionais que tendem a gerar fossos profundos ainda estão presentes na actualidade (embora existam alguns indícios de que a desigualdade aumentou mais rapidamente na década de 1985 a 1995 do que na década de 1995 a 2005^{xxxvi}). A redução da desigualdade na base da pirâmide – na medida em que implica a atenuação do impacto do gradiente socioeconómico na saúde, educação e outras dimensões do bem-estar das crianças – exigirá, assim,

esforços redobrados da parte dos governos para “remar contra a corrente” nos próximos anos.

A intensificação dos esforços envidados para proteger os que se encontram em maior risco de exclusão é ainda mais necessária num momento em que os governos estão a tentar cortar na despesa pública (Caixa 2). Mas é também mais difícil. E, para que os esforços destinados a impedir que as crianças fiquem aquém dos padrões das suas sociedades, sempre que tal seja evitável, sejam intensificados em tempos de reforma económica, há que fazer um forte apelo nesse sentido.

Riscos e consequências

A questão é clara ao nível dos princípios. O facto de uma criança sofrer privações evitáveis nos anos cruciais e vulneráveis de crescimento físico e mental viola um dos princípios básicos da *Convenção sobre os Direitos da Criança*: Cada criança tem direito a desenvolver em pleno o seu potencial. Contraria também claramente o princípio da igualdade de oportunidades que é uma aspiração de todos os países da OCDE.

Mas a questão é também clara em termos práticos. Deixar que as crianças fiquem desnecessariamente para trás comporta vários custos e consequências práticas. É sempre difícil estabelecer um nexo de causalidade, mas muitas centenas de estudos realizados em vários países diferentes da OCDE têm vindo a demonstrar quais podem ser os custos de ficar demasiado para trás. Tais custos incluem uma maior probabilidade de:

- Baixo peso à nascença
- Stress parental e falta de tempo por parte dos pais (Caixa 5)
- Stress crónico para a criança, possivelmente associado a problemas de saúde de longo prazo e a uma reduzida capacidade de memória^{xxxvi}
- Insegurança alimentar e nutrição inadequada
- Pior estado de saúde, incluindo obesidade, diabetes, asma crónica, anemia e doenças cardiovasculares
- Visitas mais frequentes a hospitais e centros médicos de emergência
- Fraco desenvolvimento cognitivo
- Pior desempenho escolar
- Baixas taxas de retorno dos investimentos na educação
- Capacidade linguística reduzida

- Baixas qualificações e aspirações
- Menor produtividade e menores rendimentos na idade adulta
- Desemprego e dependência da segurança social
- Dificuldades comportamentais
- Envolvimento com a polícia e os tribunais
- Gravidez na adolescência
- Alcoolismo e toxicod dependência.

Muitas famílias concretas – confrontadas com situações de desvantagem em termos de rendimento, educação, saúde e habitação – contrariam as probabilidades e educam crianças que não se enquadram em nenhuma das categorias acima indicadas. Mas tal não altera o facto de que as crianças que ficam para trás nos primeiros tempos de vida, ou que passam uma parte significativa dos seus primeiros anos em situação de pobreza, acabem provavelmente por se ver numa situação de vincada e mensurável desvantagem. Vale a pena repetir que a criança não tem culpa de nada disto. E uma sociedade que deseje ser justa não pode ficar indiferente ao facto de as circunstâncias do nascimento influenciarem tão profundamente as oportunidades de vida.

Os custos

Os custos económicos associados tornam ainda mais evidente o interesse prático na intensificação dos esforços para impedir que as crianças fiquem desnecessariamente para trás. Os custos mais pesados são suportados por cada criança. Mas a longa lista de problemas atrás referida traduz-se também em importantes custos para o conjunto da sociedade. Uma excessiva desigualdade na base da pirâmide gera uma factura que é rapidamente apresentada aos contribuintes sob a forma de pressão acrescida sobre os serviços de saúde e hospitais, ensino de recuperação, programas de bem-estar e protecção social, polícia e tribunais. Para além disso, as empresas e a economia em geral suportam também importantes custos devido aos baixos níveis de qualificação e à reduzida produtividade, que são resultados inevitáveis de um grande número de crianças que não chegam a desenvolver o seu potencial. Finalmente, existe um custo que todos teremos de pagar devido à ameaça que a desigualdade na base da pirâmide coloca à coesão social e à qualidade de vida nas economias industrializadas. “Uma profunda desigualdade”, diz o relatório de 2010 do

National Equity Panel do Reino Unido “está a corroer os laços da cidadania comum e o reconhecimento da dignidade humana independentemente das diferenças económicas”^{xxxvii}.

A dimensão destes custos, embora quase impossível de calcular, é claramente significativa. Para o conjunto da União Europeia, estimou-se (em 2007) que só as desigualdades de saúde representassem 15% das despesas de segurança social e 20% dos custos dos cuidados de saúde^{xxxviii}. No Canadá, estimou-se (em 2008) que o custo global da pobreza infantil se situasse entre 4.6 e 5.9 mil milhões de dólares por ano, só para a Província de Ontário^{xxxix}. No Reino Unido, uma estimativa de Donald Hirsch, incluída num relatório (2006) da Fundação Joseph Rowntree, calculou que os custos directos dos “serviços destinados a remediar as consequências das privações na infância, como problemas de saúde, baixos níveis de sucesso escolar, crime e comportamentos anti-sociais” ascendessem a cerca de 18 mil milhões de dólares por ano^{xl}.

Em resumo, permitir que as crianças fiquem demasiado para trás tem custos enormes, custos para o princípio da equidade e custos para a vida social, cívica e económica. E é à luz de todos estes custos e consequências que se devem esgrimir os argumentos a favor e contra a intensificação dos esforços com vista a proteger as que se encontram mais em risco.

Intervenção precoce

Finalmente, para que os esforços destinados a reduzir a desigualdade na base da pirâmide ao nível do bem-estar das crianças façam de facto a diferença, importa aumentar, não só o nível das medidas adoptadas pelos poderes públicos, mas também a sua eficácia.

A relação custo/eficácia das políticas adoptadas é, mais uma vez e em larga medida, uma questão para análise e debate a nível nacional. Mas existe uma lição a retirar da experiência do conjunto da OCDE que nenhum país pode ignorar.

As crianças que ficam para trás começam a ficar para trás logo nos primeiros tempos de vida. Nesta simples afirmação, deparamo-nos com uma das mais importantes e menos trabalhadas conclusões das pesquisas contemporâneas.

Durante a gravidez e nas primeiras semanas e meses de vida, sucedem-se rapidamente etapas fundamentais do desenvolvimento mental e físico da criança. Cada uma destas etapas serve de base à seguinte. Qualquer falha na primeira infância põe, assim, em risco as etapas ulteriores de crescimento e desenvolvimento. Por outras palavras, a desvantagem nas primeiras fases da vida pode começar a definir a neurobiologia da criança em desenvolvimento e desencadear um processo que, uma vez iniciado, tem tendência a se auto-reforçar.

É ao nível do desenvolvimento cognitivo em particular que a criança carenciada pagará provavelmente o preço mais alto. Aos dois anos de idade, pode medir-se o “ficar para trás” em termos cognitivos. Aos quatro anos de idade, muitos dos potenciais danos poderão já ter sido provocados^{xli, xlii, xliii}.

A mensagem central, em termos práticos, para os esforços destinados a reduzir a desigualdade na base da pirâmide ao nível do bem-estar das crianças não poderia assim ser mais clara: quanto mais precoce for a intervenção, melhores serão as perspectivas de sucesso.

Em termos gerais, os argumentos, teóricos e práticos, a favor da intensificação de esforços com vista a impedir que as crianças fiquem para trás – e de uma actuação tão precoce quanto possível na vida da criança – foram bem resumidos por James Heckman, laureado com o prémio Nobel e economista da Universidade de Chicago:

O investimento nos jovens carenciados é uma das raras iniciativas de política pública que promovem a equidade e a justiça social e, simultaneamente, promovem a produtividade na economia e na sociedade em geral. As intervenções precoces orientadas para as crianças carenciadas permitem obter muito melhores resultados do que intervenções mais tardias, como a redução do número de alunos por professor, a oferta pública de formação profissional, os programas para a reabilitação de condenados, as bolsas de estudo ou as despesas com as forças policiais...^{xliv}

Caixa 4 Monitorização: a necessidade de conhecer

As estatísticas apresentadas neste relatório não foram construídas com base numa ponderação global do que constitui bem-estar das crianças, mas antes a partir da mais prosaica consideração dos dados disponíveis. Um ponto fraco que desde já reconhecemos é o facto de quase todos os dados disponíveis dizerem respeito a crianças mais velhas e adolescentes que frequentam a escola; existe uma manifesta falta de informação comparável sobre os cruciais anos da primeira infância.

A resposta a esta desadequação dos dados pode não parecer uma prioridade em circunstâncias económicas difíceis. Mas um empenho redobrado na redução das desigualdades na base da pirâmide em termos de bem-estar das crianças exigirá ainda assim um empenho redobrado na monitorização selectiva.

Para que os recursos limitados sejam utilizados eficazmente, os governos não têm só de saber quantas crianças estão a ficar para trás. Têm de saber em que medida, de que modos e por que razões tal acontece. Necessitam de saber quem são e onde estão estas crianças. E têm de saber de que forma as políticas estão a afectar e a interagir com as tendências mais vastas da vida social e económica do país.

Finalmente, necessitam de ter à sua disposição dados relevantes, não uma vez a cada cinco ou a cada dez anos, mas com uma periodicidade que permita uma resposta atempada para proteger as crianças em risco. A monitorização exige recursos. Mas constitui um guia indispensável para políticas eficazes e com uma boa relação custo/benefício.

Assistência à infância

Nos países desenvolvidos, as tendências que se registam ao nível da educação das crianças mais jovens podem dar-nos uma oportunidade única para pôr em prática esta mensagem. A geração das crianças de hoje é a primeira em que a maioria passa uma parte significativa da primeira infância nalguma estrutura de cuidados fora de casa (tema do *Report Card n.º 8^{xlv}*). Em teoria, esta situação proporciona-nos uma enorme oportunidade de intervir precocemente contra as diferentes dimensões da desvantagem que ameaçam estabelecer-se nas vidas das crianças de tenra idade. Já existe procura pública de assistência à infância de alta qualidade e os governos dos países da OCDE estão já a dar-lhe resposta, investindo cada vez mais em serviços gratuitos ou subsidiados de assistência à primeira infância.

No cerne desta oportunidade está a ideia de que a educação e a assistência de alta qualidade na primeira infância podem ajudar a reduzir a desigualdade na base da pirâmide, uma vez que as crianças carenciadas são as que mais beneficiam. *“Embora a educação e a assistência na primeira infância beneficiem todas as crianças”,* conclui uma análise da assistência à infância nos países da OCDE levada a cabo pelos investigadores canadianos Cleveland e Krashinsky, *“muitos indícios sugerem que os maiores benefícios vão para as crianças das famílias mais carenciadas...”^{xlvi}*

Na prática, existe o risco de que a transição dos cuidados na infância contribua para alargar e não para diminuir a desigualdade na base da pirâmide. São os pais com melhores níveis de educação e os agregados familiares com maiores rendimentos que

tendem a estar mais sensibilizados para a importância de serviços de assistência à infância de boa qualidade, e são mais capazes de os pagar. E é nas famílias mais pobres e com menores níveis educativos que mais se fazem sentir as pressões para regressar ao trabalho logo que possível e onde é menos provável que estejam disponíveis os recursos necessários para aceder a estruturas de apoio à infância de alta qualidade. Sem políticas específicas para fazer face a este problema – e para garantir a disponibilidade e acessibilidade económica de serviços de apoio à primeira infância de alta qualidade para todas as crianças – esta oportunidade será assim perdida; a “dupla desvantagem” tornar-se-á a norma e a transição dos cuidados na infância tornar-se-á provavelmente uma nova e poderosa força motriz de uma ainda maior desigualdade no bem-estar das crianças.

O aproveitamento desta oportunidade para reduzir as desigualdades no bem-estar das crianças numa escala significativa tem obviamente importantes custos. Mas os custos do não aproveitamento desta oportunidade serão indubitavelmente maiores ainda. Nenhuma pessoa que tenha trabalhado com crianças carenciadas ou em risco pode ter qualquer dúvida de que, tal como defendido por James Heckman e muitos outros, tentar compensar a desvantagem depois de esta se ter instalado é mais difícil, mais caro e provavelmente menos bem sucedido. As crianças precisam de ser apoiadas e protegidas contra a possibilidade evitável de “ficarem para trás”, em todas as etapas do seu desenvolvimento, mas o momento decisivo e de maior potencial é o momento em que o processo começa.

Conclusão

O presente relatório começou com a ideia de que as crianças merecem ter o melhor começo de vida possível, que as primeiras experiências podem lançar uma longa sombra sobre as suas vidas e que as crianças não podem ser responsabilizadas pelas circunstâncias em que nascem. Neste sentido, o parâmetro utilizado – o grau de desigualdade na base da pirâmide ao nível do bem-estar das crianças – mede os progressos que estão a ser feitos rumo a uma sociedade mais justa.

Reunindo dados relativos à maioria dos países da OCDE, o relatório tentou demonstrar quais destes países estão a deixar que as crianças fiquem para trás mais do que o necessário nas três dimensões do bem-estar infantil (utilizando os países com melhores desempenhos como padrão mínimo para o que pode ser alcançado). Chamando a atenção para a profundidade das disparidades reveladas, e resumindo o que se sabe sobre as suas consequências, defendeu-se que o “ficar para trás” é uma questão fundamental, não só para milhões de crianças na actualidade, mas também para o futuro económico e social dos seus países.

Na defesa desta ideia, os princípios e a prática falam a uma só voz. Porque se não forem feitos esforços para impedir que as crianças fiquem desnecessariamente para trás nas diferentes dimensões das suas vidas, uma injustiça fundamental continuará a envergonhar as nossas pretensões de igualdade de oportunidades – e as nossas sociedades continuarão a pagar o preço. ■

Caixa 5 Pobres: em tempo parental

A desigualdade nos rendimentos dos agregados familiares ou resultados educativos é relativamente fácil de medir em comparação com a desigualdade em outras importantes dimensões do bem-estar das crianças – como a falta de oportunidades e de expectativas, ou de apoio e encorajamento dos adultos.

Destas dimensões não medidas, uma das mais importantes é o tempo dos pais.

Claramente, a quantidade e a qualidade do tempo que os pais passam a interagir com os seus filhos serão afectadas por muitos factores para além das características individuais dos próprios pais. Um destes factores é o rendimento do agregado familiar.

Pode partir-se do princípio de que os pais com mais altos rendimentos trabalham mais horas e têm menos tempo para estar com as crianças. E é verdade que alguns trabalhos com mais baixa remuneração, nomeadamente trabalhos a tempo parcial, deixam aos pais mais tempo livre não remunerado. Mas a maioria dos pais com baixos rendimentos tem um emprego a tempo inteiro, não havendo quaisquer indícios que sugiram que trabalham menos horas.

Também não deve ser esquecido que as famílias com maiores rendimentos podem mais facilmente pagar a terceiros para desempenhar tarefas regulares consumidoras de tempo e não geradoras de rendimentos – como limpar, cozinhar (incluindo refeições fora de casa), lavar a roupa, passar a ferro, fazer as compras, lavar o carro, tratar do jardim e cuidar da casa.

A “pobreza de tempo parental” pode ser particularmente acentuada nos EUA. Segundo um estudo de 2010¹, os pais americanos com baixos rendimentos trabalham mais horas do que os seus congéneres em seis outros países da OCDE estudados – Áustria, Bélgica, Canadá, Alemanha, Espanha e Reino Unido. O estudo mostra também que, em média, uma mãe ou um pai americano na base da escala de distribuição de rendimento não só trabalhará mais horas mas também terá um nível de vida relativamente inferior ao dos pais com rendimentos equivalentes nos outros seis países. Isto é especialmente verdade no caso dos agregados familiares chefiados por mães solteiras.

O tempo parental disponível para cuidar das crianças parece assim ser mais limitado nas famílias americanas com baixos rendimentos. E quanto mais descermos na escala de rendimento, mais grave se torna o problema. “*O fosso na disponibilidade de tempo parental entre os EUA, por um lado, e o Canadá e os países europeus por nós estudados, por outro*”, afirma o estudo, “*é particularmente grande no caso das crianças dos mais baixos escalões de distribuição do rendimento*”².

Desta forma, a falta de tempo por parte dos pais acresce à longa lista de desvantagens enfrentadas pelas crianças das

famílias pobres e interage com ela, contribuindo para o complexo processo pelo qual a desigualdade gera iniquidade.

Se todas as famílias forem consideradas, e não só as famílias com baixos rendimentos, então os pais americanos passam *mais* tempo com os seus filhos do que os pais da maioria dos outros países para os quais existem dados disponíveis. O relatório da OCDE intitulado *Doing Better for Children* [“Fazendo Melhor para as Crianças”] utiliza dados de 15 países desenvolvidos para mostrar que – em termos gerais – os pais nos EUA e na Noruega passam mais tempo com os seus filhos (e os pais em França menos).

Estão também disponíveis alguns dados que demonstram de que forma o investimento em tempo parental se divide entre homens e mulheres. O Canadá, Noruega, Países Baixos e EUA têm a divisão mais equitativa do tempo parental, enquanto que a Áustria e a França registam o maior desequilíbrio nesta área³.

As famílias monoparentais chefiadas por mulheres são particularmente vulneráveis em relação ao binómio rendimento/tempo disponível. Porém, também aqui existem desigualdades entre os países. As mães solteiras nos EUA e Canadá, por exemplo, têm menos tempo livre do que as mães solteiras da Suécia ou do Reino Unido⁴.

Os investimentos públicos alteram claramente o contexto desta questão. Um país que invista em educação pré-escolar de alta qualidade, por exemplo, pode reduzir o tempo que as crianças passam com os seus pais sem comprometer necessariamente o processo de interacção e estimulação necessário ao desenvolvimento da criança. E preocupações de que os serviços públicos possam desincentivar os pais de passar mais tempo com os seus filhos não parecem ser corroboradas pelos indícios existentes. Na Noruega, país que investe fortemente na educação pré-escolar e nos cuidados fora do meio escolar, os pais passam quase tanto tempo com os seus filhos como os pais nos EUA, onde o investimento público nesta área é consideravelmente menor⁵.

1 Burtless, G., J. Gornick, P. Fraser e T. M. Smeeding (2010), “*Income Distribution, Weekly Hours of Work, and Time for Child Rearing: The US Experience in a Cross-National Context*”, Documento de Trabalho 489 (versão revista) do *Luxembourg Income Study, Luxembourg Income Study*, Luxemburgo.

2 Burtless, G., J. Gornick, P. Fraser e T. M. Smeeding (2010) *op. cit.*

3 OCDE (2009), *Doing Better for Children*, OCDE, Paris.

4 Burton, P. e S. Phipps (2009), “*Families, Time and Money in Canada, Germany, Sweden, the United Kingdom and the United States*”, *Luxembourg Income Study, Documento de Trabalho 523, Luxembourg Income Study*, Luxemburgo.

5 Guryan, J., E. Hurst e M. Schettini Kearney (2008), “*Parental Education and Parental Time with Children*”, Documento de Trabalho NBER n.º 13993, *National Bureau of Economic Research*, Cambridge, MA.

Dados para o *Report Card n.º 9*: os inquéritos

Os dados nos quais se baseia o *Report Card n.º 9* foram retirados de três fontes principais.

OECD Programme for International Student Assessment (PISA) (Programa para a Avaliação Internacional dos Estudantes, da OCDE)

O estudo PISA 2006 submeteu a testes de leitura, matemática e ciências, amostras representativas de 4.500 a 10.000 estudantes de 15 anos em cada um dos 57 países da OCDE, incluindo todos os países apresentados no *Report Card n.º 9*. Os testes tentam avaliar até que ponto “os sistemas de ensino estão a preparar os seus alunos para uma aprendizagem ao longo da vida e para desempenharem papéis construtivos como cidadãos na sociedade.” Os testes são compilados por um grupo internacional de peritos (que inclui empregadores). É também recolhida informação básica sobre práticas de estudo, recursos e estruturas familiares, e ambientes escolares.

No *Report Card n.º 9*, os dados do estudo PISA são utilizados para a análise da desigualdade na literacia em leitura, matemática e ciências, assim como no acesso aos recursos educativos em casa.

Os resultados do estudo PISA podem não se aplicar à população total do grupo etário em causa no Chile, Luxemburgo, Portugal e Turquia, países onde as taxas de frequência escolar para os jovens de 15 e 16 anos estão abaixo dos 90%. O estudo não abrange crianças que, por qualquer razão, não frequentam a escola.

Devido a erros na execução do estudo PISA 2006, não existem dados a respeito da “literacia em leitura” nos EUA.

Informação mais detalhada sobre o estudo PISA 2006 da OCDE pode ser obtida em: www.oecd.org/pisa e na obra publicada em 2007 pela OCDE e intitulada *PISA 2006: Science Competencies for Tomorrow's World*, OCDE, Paris.

Health Behaviour in School-Aged Children (HBSC) (Comportamentos de Saúde das Crianças em Idade Escolar)

Os dados do estudo HBSC são utilizados para analisar a desigualdade ao nível da saúde das crianças.

O estudo HBSC representa um trabalho conjunto de investigadores e instituições académicas ligados à Organização Mundial de Saúde. Os seus participantes formam uma rede multidisciplinar de investigadores que colaboram entre si para desenvolver as bases conceptuais do estudo, identificar as perguntas dos inquéritos e compilar os dados recolhidos a cada quatro anos, trabalhando ainda na sua análise e difusão.

O estudo HBSC 2005/2006 interrogou uma amostra representativa de cerca de 1.500 estudantes de três grupos etários (11, 13 e 15 anos) num total de 41 países. O estudo visa aumentar a compreensão dos comportamentos de saúde e bem-estar dos jovens durante a adolescência, fase fundamental do desenvolvimento.

Os dados do estudo HBSC estão disponíveis para todos os 24 países constantes das tabelas classificativas utilizadas no *Report Card n.º 9*. O que inclui todos os membros europeus da OCDE mais os EUA, Canadá e Turquia.

Não estavam disponíveis dados sobre a “actividade física vigorosa” em Portugal.

Informação detalhada sobre o estudo HBSC pode ser encontrada em www.hbsc.org e em Currie C. et al, “*Inequalities in Young People's Health: HBSC International Report from the 2005/2006 Survey*”, *Health Policy for Children and Adolescents*, n.º 5, 2008, OMS Europa e Unidade de Pesquisa sobre a Saúde da Criança e do Adolescente, Edimburgo.

European Union – Statistics on Income and Living Conditions (UE-SILC) (União Europeia – Estatísticas sobre o Rendimento e as Condições de Vida)

Os dados dos inquéritos UE-SILC são usados no *Report Card n.º 9* para analisar o rendimento dos agregados familiares e o espaço disponível para as crianças. A análise centra-se em agregados familiares com crianças abaixo dos 18 anos de idade.

Os inquéritos UE-SILC são realizados anualmente e abrangem uma amostra representativa de toda a população em 22 dos países incluídos no *Report Card n.º 9*. O estudo tem como principal objectivo monitorizar os indicadores (os chamados Indicadores Laeken) pelos quais a UE concordou em medir os seus progressos no sentido da redução da exclusão social. Aqui se incluem dados sobre o rendimento e um conjunto limitado de indicadores não monetários do bem-estar. Na maioria dos casos, os dados sobre o rendimento referem-se ao ano civil anterior ao inquérito.

Para todos os países da União Europeia membros da OCDE, mais a Islândia e a Noruega, o *Report Card n.º 9* utiliza dados do inquérito UE-SILC de 2008 (com dados sobre os rendimentos referentes a 2007), excepto no caso da França, cujos dados foram retirados do inquérito de 2007 (referentes assim aos rendimentos de 2006).

Fontes suplementares

Os dados relativos ao rendimento e espaço habitacional para outros países da OCDE foram retirados das seguintes fontes:

Austrália

Household Income and Living Dynamics in Australia (HILDA), 2008.

Canadá

Para o rendimento: *Survey of Labour and Income Dynamics* (SLID), 2005. Este estudo é representativo de toda a população nacional, com excepção dos residentes de Yukon, Territórios do Noroeste e Nunavut, bem como residentes de instituições e pessoas que vivam em reservas índias. (Estas excepções representam menos de três por cento da população do Canadá).

Para o espaço habitacional: *Survey of Household Spending* (SHS), 2006. (O inquérito de 2006 não inclui dados sobre os Territórios do Noroeste).

Chile

Estudo sobre a Caracterização Socioeconómica Nacional (CASEN), 2006.

República da Coreia

Para o rendimento: *Estudo do Painel Coreano sobre Trabalho e Rendimento* (KLIPS), 2007. A amostra é unicamente representativa dos agregados familiares coreanos em áreas urbanas (excluindo a Ilha Jeju).

México

Estudo Nacional de Rendimentos e Despesas dos Agregados Familiares (ENIGH), 2008.

Suíça

Painel Suíço sobre os Agregados Familiares (SHP), 2007.

Estados Unidos da América

Para a área habitável: *Panel Study on Income Dynamics* (PSID), 2007.

Nota metodológica

O *Report Card n.º 9* do Centro *Innocenti* ocupa-se da desigualdade na base da pirâmide de distribuição em diferentes indicadores do bem-estar das crianças.

Inclusão de países no relatório

O critério seguido foi o de considerar apenas os países membros da OCDE em Março de 2010. Dos 31 Estados membros da OCDE nesta data, apenas 24 tinham dados suficientes para inclusão na comparação final (Gráficos 1a e 1b). O critério para a inclusão foi a disponibilidade de dados adequados e comparáveis para pelo menos dois dos três indicadores utilizados para medir a desigualdade em cada dimensão do bem-estar das crianças.

Indicadores e dimensões

O relatório avalia até que ponto as crianças mais carenciadas ficam aquém dos padrões nacionais em cada país (representados pelo valor mediano).

Apenas os indicadores que se exprimem através de uma amplitude de valores são aptos para este tipo de análise. Foram identificados nove indicadores deste tipo, que proporcionam também dados comparáveis para a grande maioria dos países da OCDE.

Os indicadores seleccionados são os seguintes:

Bem-estar material

- Rendimento disponível do agregado familiar
- Posse de artigos educativos
- Espaço em casa

Bem-estar educativo

- Literacia em leitura
- Literacia matemática
- Literacia científica

Bem-estar na saúde

- Queixas de saúde do próprio
- Alimentação saudável
- Actividade física vigorosa.

Os dados sobre o rendimento disponível e espaço disponível em casa dizem respeito a crianças dos 0 aos 17 anos de idade.

Os dados sobre a posse de artigos educativos, assim como para os três indicadores do bem-estar educativo, dizem respeito a estudantes de 15 anos.

Os dados sobre os três indicadores relativos ao “bem-estar na saúde” dizem respeito a estudantes de 11, 13 e 15 anos de idade.

Medições da desigualdade

A desigualdade na base da pirâmide de distribuição é medida utilizando dois padrões diferentes, de acordo com a natureza do indicador. Em qualquer caso, a desigualdade é medida em relação à mediana (representando o valor mínimo registado pela metade da população infantil com melhores resultados).

Para o rendimento disponível e resultados educativos, a desigualdade é medida pela diferença entre a criança na posição mediana e a criança no percentil 10 (representando um rendimento ou um desempenho inferior a 90% das crianças).

A limitada variabilidade dos valores do estudo para os outros cinco indicadores significa que a base da pirâmide de distribuição não pode ser adequadamente representada pelo valor do percentil 10. Neste caso, a desigualdade tem sido medida como a diferença entre a posição mediana e a média de todas as crianças abaixo da mediana.

Em ambos os casos, a diferença mede a desigualdade relativa e é expressa como uma percentagem da mediana.

Comparações entre países

Nos Gráficos 2a-2c, 3a-3c e 4a-4c, os países estão ordenados em função dos progressos realizados no sentido de um aumento da igualdade na base da pirâmide (isto é, os países no topo da tabela têm os menores fossos de desigualdade).

Devido à natureza dos dados, especialmente quando obtidos por amostragem, pequenas diferenças entre países nos níveis de desigualdade podem não ser estatisticamente significativas. As classificações dos países (tanto para indicadores singulares como para visões de conjunto) devem ser lidas tendo presente esta limitação.

Dados estatísticos mais detalhados, incluindo o intervalo de confiança dos resultados, estão disponíveis no documento de apoio ao *Report Card n.º 9*, elaborado por C. Currie, D. Currie, L. Menchini, D. Richardson e C. Roberts (2010).

A média da OCDE indicada nos Gráficos refere-se apenas aos países com dados suficientes para inclusão na comparação geral (Gráficos 1a e 1b). Em todos os casos, a média é não ponderada (isto é, não tem em conta a dimensão da população infantil relevante em cada país).

Comparação por dimensão

Para agregar os indicadores utilizados na visão geral da desigualdade na base da pirâmide em cada dimensão do bem-estar das crianças, os fossos de desigualdade para cada indicador foram padronizados com referência à média não ponderada da OCDE e à variabilidade entre países. Em cada caso, o grau de desigualdade é então expresso como o número de desvios padrão da média não ponderada da OCDE. Este desvio padrão é uma medida habitualmente utilizada da situação dos factores em medição em relação à média de todo o grupo. Estes valores-padrão da desigualdade para os diferentes indicadores estão reflectidos nos Gráficos 2f, 3f e 4f. Nestes, o comprimento da barra à direita da vertical (representando a média não ponderada da OCDE) implica um valor positivo (ou seja, um nível de desigualdade na base da pirâmide inferior à média da OCDE). À esquerda da vertical, o comprimento da barra está associado a um valor negativo (ou seja, um nível de desigualdade na base da pirâmide superior à média da OCDE).

Para obter uma visão geral da desigualdade, nas três dimensões do bem-estar, foi feita a média dos valores-padrão da desigualdade para cada indicador. É esta média que é apresentada nos Gráficos 2d, 3d e 4d, com os países ordenados por ordem decrescente de igualdade. Para facilitar a leitura destas tabelas-resumo, os valores-padrão sobre a desigualdade foram reescalados de forma a colocar em 100 a média da OCDE e um desvio padrão em 10.

As tabelas classificativas gerais da desigualdade no bem-estar das crianças (Gráficos 1a e 1b) derivam destes resultados reescalados. Um resultado situado entre os 95 e os 105 (ou seja, entre -0.5 de desvio padrão e +0.5 de desvio padrão em relação à média da OCDE) qualifica o país como “próximo da média da OCDE”. Considera-se que os países com resultados abaixo dos 95 têm níveis de desigualdade significativamente superiores à média da OCDE. Aqueles cujos resultados sejam superior a 105 são classificados como tendo menos desigualdade do que a média da OCDE.

Em todos os gráficos de barras e tabelas classificativas, os países do topo são os que apresentam menos desigualdade na base da pirâmide.

Abreviaturas de países

Alemanha	DE
Austrália	AU
Áustria	AT
Bélgica	BE
Canadá	CA
Chile	CL
Dinamarca	DK
Eslováquia	SK
Espanha	ES
Estados Unidos da América	US
Finlândia	FI
França	FR
Grécia	GR
Hungria	HU
Irlanda	IE
Islândia	IS
Itália	IT
Japão	JP
Luxemburgo	LU
México	MX
Noruega	NO
Nova Zelândia	NZ
Países Baixos	NL
Polónia	PL
Portugal	PT
Reino Unido	UK
República Checa	CZ
República da Coreia	KR
Suécia	SE
Suíça	CH
Turquia	TR

REFERÊNCIAS

- ⁱ OCDE (2008), *Growing Unequal? Income distribution and poverty in OECD countries*, OCDE, Paris.
- ⁱⁱ Wilkinson, R. e K. Pickett (2009), *The Spirit Level*, Allen Lane, Penguin Books, Londres, p. 33.
- ⁱⁱⁱ OCDE (2009), *Doing Better for Children*, OCDE, Paris.
- ^{iv} UNICEF (2002), *"A League Table of Educational Disadvantage in Rich Nations"*, *Innocenti Report Card n.º 4*, Centro de Estudos *Innocenti* da UNICEF, Florença.
- ^v Currie, C. et al. (2008), *"Inequalities in Young People's Health, Health Behaviour in School-Aged Children, International Report from the 2005/2006 Survey"*, *Health Policy for Children and Adolescents*, n.º 5, OMS Europa e Unidade de Pesquisa sobre a Saúde da Criança e do Adolescente, Edimburgo, p. 59.
- ^{vi} Currie, C., D. Currie, L. Menchini, D. Richardson e C. Roberts (2010) *"Comparing Inequality in the Well-Being of Children in Economically Advanced Countries: a methodology"*, Documento de Trabalho do Centro *Innocenti*, 2010-19, Centro de Estudos *Innocenti* da UNICEF, Florença.
- ^{vii} Currie, C., D. Currie, L. Menchini, D. Richardson e C. Roberts (2010) *op. cit.*
- ^{viii} Organização Mundial de Saúde (2010), *Global Recommendations on Physical Activity for Health*, OMS, Genebra, p. 7.
- ^{ix} Currie, C. et al. (2008) *op. cit.*, p.106-107.
- ^x Douglas Willms, J. (2006), *Learning Divides: Ten policy questions about the performance and equity of schools and schooling systems*, Instituto de Estatística da UNESCO, Montreal, p. 68.
- ^{xi} Hutmacher, W., D. Cochrane e N. Bottani (eds.) (2001) *In Pursuit of Equity in Education: Using international indicators to compare equity policies*, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, p. 135.
- ^{xii} Douglas Willms, J. (2006) *op. cit.*, p. 68.
- ^{xiii} Douglas Willms, J. (2006) *op. cit.*, p. 68.
- ^{xiv} Douglas Willms, J., (2006) *op. cit.*, p. 67.
- ^{xv} Organização Mundial de Saúde (2008), *Closing the Gap in One Generation*, OMS, Genebra.
- ^{xvi} Marmot, M. (direção) (2010), *"Fair Societies, Healthy Lives, Strategic Review of Health Inequalities in England post 2010"*, *The Marmot Review*, Sumário Executivo, p. 10.
- ^{xvii} Siegrist J. e M. Marmot (eds.) (2006) *Social Inequalities in Health: New evidence and policy implications*, Oxford University Press, Oxford.
- ^{xviii} Currie, C. et al (2008), *op. cit.*, pp. 4, 65 e 91.
- ^{xix} Larson, C., (2007), *"Poverty during Pregnancy: Its effects on child health outcomes"*, *Paediatric Child Health*, Vol. 12, n.º 8.
- ^{xx} Cohen, S., D. Janicki-Deverts, E. Chen e K. Matthews (2010), *"Childhood Socioeconomic Status and Adult Health"*, *The Biology of Disadvantage*, *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1186 (2010), Academia das Ciências de Nova Iorque, Nova Iorque, p. 37.
- ^{xxi} Mackenbach, J. (2006), *Health Inequalities: Europe in profile*, Centro Médico Universitário, Roterdão.
- ^{xxii} Mathews, M.S. e M. F. Maccorman (2010), *"Infant Mortality Statistics from the 2006 Period Linked Birth/Infant Data Set"*, in *National Vital Statistics Reports*, Vol 58, n.º 17, Centro Nacional para as Estatísticas de Saúde, Hyattsville, MD.
- ^{xxiii} Mayer, S. (2002), *"Parental Income and Children's Outcomes"*, Ministério do Desenvolvimento Social, Wellington, Nova Zelândia. Citado em J. Micklewright (2003) *"Child Poverty in English-Speaking Countries"*, Documento de Trabalho *Innocenti*, n.º 94, Centro de Estudos *Innocenti* da UNICEF, Florença.
- ^{xxiv} Smythe, S. (2007), *"Child and Youth Development and Income Inequality: A review of selected literature"*, *First Call, British Columbia Child and Youth Advocacy Coalition* (financiado pelo Programa de Parcerias para o Desenvolvimento Social do Governo do Canadá), Vancouver.
- ^{xxv} Scott, K. (autor principal) (2008), *Growing Up in North America: The economic well-being of children in Canada, the United States, and Mexico*, Projecto *"Children in North America"* (Conselho Canadano de Desenvolvimento Social, Fundação Annie E. Casey, *Red por los Derechos de la Infancia en Mexico*, EUA – Population Reference Bureau), Fundação Annie E. Casey, Baltimore, p. 15.
- ^{xxvi} OCDE (2008), *op. cit.*, p. 27.
- ^{xxvii} OCDE, Base de Dados da Despesa Social, www.oecd.org/els/social/expenditure (consultada em Setembro de 2010).
- ^{xxviii} Scott, K. (2008) *op. cit.*, p. 15.
- ^{xxix} OCDE (2008), *op. cit.*, p. 16.
- ^{xxx} Comissão para Crianças e Jovens e Provedor da Criança, Estado de Queensland, Austrália (2006), Documento sobre Salário Mínimo e Pobreza Infantil Apresentado à Comissão Australiana para uma Remuneração Justa, sobre o Salário Mínimo Federal, Julho de 2006, trabalho académico inédito. (A Comissão Australiana para uma Remuneração Justa – *Australian Fair Pay Commission* – é agora designada por *Fair Work Australia*).
- ^{xxxi} Shirahase, S. (2007), *"Cross National Comparison of Economic Inequality among Households with Children"*, *Luxembourg Income Study Working Paper* n.º 461, Luxembourg Income Study, Luxemburgo.
- ^{xxxii} Hills, J., (direção) (2010), *"An Anatomy of Economic Inequality in the UK, Report of the National Equality Panel"*, *Government Equalities Office e Centre for Analysis of Social Exclusion da London School of Economics and Political Science*, Londres, pp. 34, 35.

- xxxiii Shonkoff, J. P. e D. A. Phillips (eds.) (2000), *“From Neurons to Neighborhoods: The science of early childhood development”*, Committee on Integrating the Science of Early Childhood Development, National Research Council e Institute of Medicine, Washington, D. C., p 396.
- xxxiv OCDE (2008), *op. cit.*, p. 16.
- xxxv OCDE (2008), *op. cit.*, p. 27.
- xxxvi Evans, G. e M. A. Schamberg (2009) *“Childhood Poverty, Chronic Stress, and Adult Working Memory”*, *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States*, Vol. 106, n.º 16.
- xxxvii Hills, J., (direcção) (2010), *op. cit.*
- xxxviii Mackenbach, J. P., W. J. Meerdink e A. E. Kunst (2007), *Economic Implications of Socio-economic Inequalities in Health in the European Union*, Comissão Europeia, Luxemburgo.
- xxxix Laurie, N. (2008), *“The Cost of Poverty: An analysis of the economic cost of poverty in Ontario”*, Ontario Association of Food Banks, Ontário.
- xl Blanden, J. e S. Gibbons (2006), *The Persistence of Poverty across Generations: A review from two British cohorts*, Fundação Joseph Rowntree, *The Policy Press*, Bristol.
- xli Feinstein, L. (2003), *“Inequality in the Early Cognitive Development of British Children in the 1970 Cohort”*, *Economica*, Vol. 70, n.º 1.
- xlii Duncan, G., K. Telle, K. Ziol-Guest e A. Kalil (2009), *“Long-run Impacts of Early Childhood Poverty: Comparative evidence from Norwegian registry data and the U.S. PSID”*, documento preparado para a conferência *The long-run impact of early life events*, National Poverty Center, Universidade do Michigan, 12-13 de Março de 2009, Michigan.
- xliiii Johnson, R. e R. Schoeni (2007), *“The Influence of Early-Life Events on Human Capital, Health Status, and Labor Market Outcomes over the Life Course”*, *Working Paper Series*, Institute for Research on Labor and Employment, Universidade de Berkeley.
- xliv Heckman, J. J. (2006), *“Skill Formation and the Economics of Investing in Disadvantaged Children”*, *Science*, Vol. 312, n.º 5782.
- xlv UNICEF (2008), *“A transição dos cuidados na primeira infância: Uma tabela classificativa dos serviços de educação e cuidados na primeira infância nos países economicamente desenvolvidos”*, *Innocenti Report Card n.º 8*, Centro de Estudos *Innocenti* da UNICEF, Florença.
- xlvi Cleveland, G. e M. Krashinsky (2003) *“Financing ECEC Services in OECD Countries”*, *Workshops Temáticos e Documentos sobre Educação e Assistência na Primeira Infância*, OCDE, Paris.

A G R A D E C I M E N T O S

O projecto de elaboração do *Report Card n.º 9* foi coordenado pelo Centro de Estudos *Innocenti* da UNICEF (CEI), com a assistência de um painel internacional de consultores e revisores (*vide infra*). A pesquisa ficou concluída em Agosto de 2010.

O texto completo deste relatório e um documento de apoio ao mesmo podem ser obtidos no sítio do Centro de Estudos *Innocenti* da UNICEF na Internet, em www.unicef-irc.org.

Pesquisa e análise dos dados

Peter Adamson
(consultor independente do CEI da UNICEF)

Dominic Richardson (OCDE)

Dorothy Currie e Candace Currie
(Centro de Coordenação Internacional do Estudo HBSC e Unidade de Pesquisa sobre a Saúde da Criança e do Adolescente da Universidade de Edimburgo)

Chris Roberts
(Divisão de Pesquisa Social, Governo Parlamentar do País de Gales)

Leonardo Menchini (CEI da UNICEF)

Apoio à preparação dos dados

Nabil Ali, Anna D'Addio, Maciej Jakubowski e Maxime Ladaique (OCDE)

Luca Tiberti (CEI da UNICEF)

Apoio em fontes de dados específicas

Sami Bibi
(Universidade Laval, Québec), que generosamente forneceu os dados estatísticos sobre rendimento disponível e espaço residencial para o Canadá.

Ursina Kuhn
(FORS, Centro Suíço de Especialização em Ciências Sociais), que generosamente forneceu as variáveis construídas sobre rendimento a partir do Painel Suíço sobre Agregados Familiares.

Consultores da UNICEF

Gordon Alexander
(Director a.i., CEI da UNICEF)

David A. Parker
(ex-Vice Director do CEI da UNICEF)

Chris De Neubourg
(Director, Unidade de Política Social e Económica, CEI da UNICEF)

James Elder
(Director, Unidade de Comunicação, CEI da UNICEF)

Mehr Khan Williams
(Conselheiro Especial do Vice-Director Executivo da UNICEF)

Jens Matthes
(Director, Defesa e Educação em Direitos da Criança, UNICEF PFP – Divisão de Angariação de Fundos e Parcerias Privadas, Genebra)

Leonardo Menchini
(Especialista de Programas, CEI da UNICEF)

Consultores e revisores externos

Jonathan Bradshaw
(Universidade de York)

Giorgina Brown
(ISTAT, Instituto Nacional de Estatística, Itália)

Ferran Casas
(Universidade de Girona)

Hugh Frazer
(Universidade Nacional da Irlanda, Maynooth)

Albert Motivans
(Instituto de Estatística da UNESCO, Montreal)

Stefano Rosignoli
(IRPET, Instituto Regional da Toscana para o Planeamento Económico, Florença)

Peter Gordon Saunders
(Centro de Investigação em Política Social, Universidade de Nova Gales do Sul, Sydney)

Erio Ziglio
(Organização Mundial de Saúde, Gabinete Europeu para o Investimento na Saúde e no Desenvolvimento, Veneza)

Cinzia Iusco Bruschi

(Apoio administrativo e técnico no Centro de Estudos *Innocenti* da UNICEF)

Anteriores títulos desta série:

Innocenti Report Card, n.º 1

A league table of child poverty in rich nations

Innocenti Report Card, n.º 2

A league table of child deaths by injury in rich nations

Innocenti Report Card, n.º 3

A league table of teenage births in rich nations

Innocenti Report Card, n.º 4

A league table of educational disadvantage in rich nations

Innocenti Report Card, n.º 5

A league table of child maltreatment deaths in rich nations

Innocenti Report Card, n.º 6

Child Poverty in Rich Countries 2005

(Pobreza infantil nos países ricos 2005)

Innocenti Report Card, n.º 7

Child poverty in perspective: An overview of child well-being in rich countries

(Pobreza infantil em perspectiva: Visão de conjunto do bem-estar da criança nos países ricos)

Innocenti Report Card, n.º 8

The child care transition: a league table of early childhood education and care in economically advanced countries

(A transição dos cuidados na primeira infância: Uma tabela classificativa dos serviços de educação e cuidados na primeira infância nos países economicamente desenvolvidos)

Grafismo: MCC Design, UK

Impressão: Nuova Grafica Fiorentina srl, Florença, Itália

